

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA

KAMILLA CRISTINE A. GRIPPE

**AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA COM AUTOR DE VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER NO ÂMBITO DOMÉSTICO**

BRASÍLIA, DF

2021

KAMILLA C. A. GRIPPE

**AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA COM AUTOR DE VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER NO ÂMBITO DOMÉSTICO**

Projeto apresentado no Centro Universitário de
Brasília como requisito básico para obtenção
média na disciplina de Monografia.

Professor-Orientador: Prof. Frederico Guilherme
Ocampo Abreu

BRASÍLIA

2021

Kamilla Cristine A. Grippe

**AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA COM AUTOR DE VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER NO ÂMBITO DOMÉSTICO**

Brasília, 09 de Dezembro de 2021

Esta monografia foi aprovada pela comissão examinadora composta por:

MSc Frederico Guilherme Ocampo Abreu
Professor Orientador

MSc Carlos Manoel Lopes Rodrigues
Professor Examinador

Dra Simone Cerqueira da Silva
Professora Examinadora

RESUMO

A violência doméstica se caracteriza por ações ou omissões que coloquem a integridade de outras em risco, prejudicando o bem-estar, a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento. Pode ocorrer em qualquer contexto, desde que a pessoa tenha laços afetivos, de consanguinidade e/ou função parental. Aquelas direcionadas contra a mulher, por sua vez, envolvem qualquer ato embasado em uma situação de gênero que resulte em prejuízos na vida pública ou privada. A violência contra a mulher é um fenômeno global, com altos índices de agressão no ambiente doméstico. Os dados alarmantes chamam a atenção para um problema de origem social, além da violação dos direitos humanos, ferindo a cidadania da mulher e afetando sua integridade física e psíquica. No contexto da violência, a avaliação psicológica em agressores domésticos tem finalidade de realizar uma investigação psicológica para avaliar a dinâmica psíquica, a fim de levantar características e indicadores psicopatológicos na personalidade. O objetivo geral é avaliar a dinâmica psíquica de autores de violência doméstica a partir do processo psicodiagnóstico. Os objetivos específicos são investigar a dinâmica psíquica de autores de violência contra a mulher e levantar características e indicadores psicopatológicos na personalidade a partir de um caso real. A metodologia qualitativa tem o intuito de descrever os fenômenos da natureza, a partir de uma pesquisa exploratória com base em um estudo de caso. Para isso, foi selecionado um participante que siga os critérios de inclusão da pesquisa e foi realizada uma avaliação psicológica no período de um mês. Totalizaram quatro sessões com duração média de uma hora, com intuito de coletar dados sobre a história clínica, história de vida e a aplicação de testes psicológicos, sendo eles o R1, a BFP e o HTP. Os resultados mostraram o ciclo da violência na esfera doméstica, embasado por um modelo familiar machista e com relações de poder, influenciando na construção de personalidade e no desenvolvimento vital, trazendo repercussões negativas na vida de quem é vítima. Nesse sentido, aponta para a construção de um agressor, a longo prazo. Inicialmente como vítima em sua própria história de vida. Por fim, esse plano de trabalho tem um caráter preventivo, no sentido de servir como manejo terapêutico a partir dos resultados obtidos. Dessa forma, intervindo também, no individual, abre a possibilidade de interromper com o ciclo da violência.

Palavras-chave: violência. violência contra a mulher. agressor. violência doméstica.

ABSTRACT

Domestic violence stands out for actions or omissions that put the integrity of others at risk, harming their well-being, freedom and the right to full development. It can occur in any context, as long as the person has an affective bond, consanguinity and/or parental role. Those directed against women, on the other hand, involve any act based on a gender situation that results in damage to public or private life. Violence against women is a global phenomenon, with high rates of aggression in the domestic environment. The alarming data draw attention to a problem of social origin, in addition to the violation of human rights, injuring women's citizenship and affecting their physical and mental integrity. In the context of violence, the psychological assessment of domestic aggressors aims to carry out a psychological investigation to assess the psychic dynamics, in order to identify psychopathological characteristics and indicators in the personality. The general objective is to assess the psychic dynamics of perpetrators of domestic violence from the psychodiagnostic process. The specific objectives are to investigate the psychic dynamics of perpetrators of violence against women and raise psychopathological characteristics and indicators in the personality based on a real case. The qualitative methodology aims to describe the phenomena of nature, from exploratory research based on a case study. For this, a participant who meets the research inclusion criteria was selected, and a psychological assessment was carried out within a month. They totaled four sessions, with an average duration of one hour, in order to collect data on clinical history, life history and the application of psychological tests, namely the intelligence, the personality factorial battery and the house-tree-person. The results showed the cycle of violence in the domestic sphere, based on a sexist family model and with power relations, influencing the construction of personality and vital development, bringing negative repercussions in the lives of those who are victims. In this sense, it points to the construction of an aggressor, in the long term. Initially as a victim in his own life story. Finally, this work plan has a preventive character, in the sense of serving as a therapeutic management based on the results obtained. In this way, also intervening, in the individual, opens the possibility of interrupting the cycle of violence.

Keywords: violence. violence against women. aggressor. domestic violence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER	4
1.1 Conceito e Caracterização	4
1.2 Tipos de Violência	5
1.3 Aspecto Histórico-Cultural acerca da Violência contra Mulher	7
1.4 Repercussões Psicopatológicas nas Mulheres	8
CAPÍTULO 2 – AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	9
2.1 Prática Profissional	9
2.2 Aspectos Teóricos e Práticos	10
2.3 Psicodiagnóstico	12
2.4 Avaliação Psicológica no Contexto da Violência Doméstica	13
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA	16
3.1 Tipo de Estudo	16
3.2 Participantes	16
3.3 Instrumentos	17
3.4 Estratégia de Coleta	17
3.5 Estratégia de Análise	18
CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES	19
4.1 História Clínica e História de Vida	19
4.2 Resultados dos Testes Psicológicos	21
4.2.1 Teste Não Verbal de Inteligência (R1)	21
4.2.2 Bateria Fatorial de Personalidade (BFP)	21
4.2.3 Técnica Projetiva de Desenho Casa-Árvore-Pessoa (HTP)	24
4.3 Análise do Psicodiagnóstico	25
4.4 Articulação Teórico-Prática	28
4.4.1 Contexto Sociocultural	28
4.4.2 Aspectos Clínicos	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35
ANEXO A	40
ANEXO B	42
ANEXO C	43
ANEXO D	44
ANEXO E	45

INTRODUÇÃO

A violência é conceituada a partir da Organização Mundial da Saúde (OMS) como o uso intencional da força física ou do poder, real ou ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, compromisso do desenvolvimento ou privação (FONSECA, 2019). Por tratar de um fenômeno multifacetado, podendo ser observado sob diferentes perspectivas, este trabalho irá abordar àquelas acometidas no âmbito familiar direcionadas contra a mulher.

A violência que ocorre nas relações familiares recebe este conceito por acontecer no âmbito doméstico, para além do espaço físico, sobretudo nas relações construídas a partir de um convívio permanente, através de laços, afinidades ou vontade. Aquelas direcionadas contra a mulher, por sua vez, envolvem qualquer ato embasado em uma situação de gênero que resulte em prejuízos na vida pública ou privada. Assim, diferenciam-se cinco tipos de violência: física, patrimonial, sexual, moral e psicológica. Pela complexidade do fenômeno, as consequências para a vítima são inúmeras, pois perpassa as mais diferentes esferas da vida, causando danos no desenvolvimento físico, cognitivo, social, moral, emocional ou afetivo (FONSECA & LUCAS, 2006; FONSECA, RIBEIRO & LEAL, 2012; MIURA, SILVA, PEDROSA, COSTA & FILHO 2018).

Estudos mostram que a violência contra a mulher é um fenômeno global, com altos índices de agressão no ambiente doméstico, estimando que uma em cada três mulheres com idade reprodutiva sofreu violência durante a vida. O atual contexto de isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19 trouxe de maneira potencializada o aumento de violência doméstica, sobretudo pela coexistência forçada. No Brasil, houve um crescimento de 18% no número de denúncias apenas no mês de março/2020. Os dados alarmantes chamam a atenção para um problema de origem social, produzindo efeitos que atingem a sociedade como um todo. Além da violação dos direitos humanos, fere a cidadania da mulher e afeta a integridade física e psíquica, evidenciando relações desiguais de gênero e influenciando excessivamente no modo de viver das mulheres. Portanto, refere-se a uma questão de saúde pública pelas consequências orgânicas que produz (FONSECA, RIBEIRO & LEAL, 2012; FONSECA & LUCAS, 2006; LUCENA, SILVA, MORAES, SILVA & BEZERRA, 2012;

VIEIRA, GARCIA & MACIEL, 2020; ROSA, BOING, BUCHELE, OLIVEIRA & COELHO, 2008).

Desse modo, foram criadas leis como forma de punição penal contra o agressor, bem como suporte para amparar as mulheres que sofrem violência doméstica. A Lei Maria da Penha (nº 11.340), criada para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, implementa delegacias especializadas e unidades de apoio a mulheres vítimas, visando a prevenção e erradicação do crime previsto. No entanto, a promulgação da lei repercutiu no modo de denunciar das mulheres, uma vez que determina a agressão como punitiva. Dessa maneira, as legislações necessitam da interação de outros serviços, no sentido de garantir uma atuação ampla e eficaz, não somente a rigor de punições (AMARAL, VASCONCELOS, SÁ, SILVA & MACENA, 2016; CUNHA & GONÇALVES, 2011).

Visto a constante crescente dessa problemática na população, o tema ganhou visibilidade e interesse da sociedade, abrindo margem para criações de documentos nacionais que visam implementar ações. Fazendo interface com a psicologia em termos de ações, uma das possíveis intervenções é a avaliação psicológica que se utiliza de determinadas técnicas e estratégias para realizar estudos, coleta de dados e interpretação de informações acerca do sujeito avaliado, podendo servir de estudos e interpretações acerca de fenômenos psicológicos resultantes da relação indivíduo e sociedade. Ou seja, tendo em conta que o sujeito é um ser biopsicossocial, o trabalho a ser exercido diante da problemática deve ser multidisciplinar, considerando todas as esferas que compõem o sujeito (ANDRADE & SALES, 2017; NAKANO, SILVA & SAMPAIO, 2013; NARVAZ & KOLLER, 2006;).

No contexto da violência, a avaliação psicológica em agressores domésticos tem finalidade de realizar uma investigação psicológica para avaliar a dinâmica psíquica, a fim de levantar características e indicadores psicopatológicos na personalidade. Assim, revela-se de grande importância, uma vez em que se pode evidenciar aspectos psicológicos e psicopatológicos do agressor, visto a íntima relação de violência doméstica com possíveis transtornos, além de englobar comportamento, cognição e experiências subjetivas (BARBOZA, 2020).

A interface entre saúde mental e justiça apresenta manifestações comportamentais que possuem ligação com o evento delituoso, contribuindo efetivamente para os altos índices no contexto brasileiro. Nesse sentido, no cenário atual o tema é de grande relevância, a medida em que se faz necessário desarticular os pilares de sustentação da violência contra a mulher,

visando a compreensão mais completa do agressor para recomendações psicoterapêuticas adequadas (FONSECA & LUCAS, 2006; OCAMPO & ARZENO, 2009).

Sendo assim, este trabalho possui um caráter preventivo, visando trazer novos elementos e indicadores na avaliação teórica acerca da psique do autor de violência, sendo os resultados utilizados como recurso para o manejo psicoterapêutico privilegiando a eficácia do tratamento, buscando abrir espaço para interromper o ciclo da violência, beneficiando o bem-estar pleno da mulher e a sociedade como um todo. O objetivo geral deste plano de trabalho procura avaliar a dinâmica psíquica de autores de violência doméstica a partir do processo psicodiagnóstico. Os objetivos específicos são investigar a dinâmica psíquica de autores de violência contra a mulher e levantar características e indicadores psicopatológicos na personalidade a partir de um caso real.

CAPÍTULO 1 – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER

Neste primeiro capítulo, o objetivo foi apresentar a temática da minha pesquisa, tendo como referencial teórico a violência doméstica contra a mulher na perspectiva do agressor. No primeiro tópico, foi necessário definir a violência de forma geral, clarificando em seguida a violência doméstica e a violência de gênero. De maneira breve, levando em consideração as estruturas políticas, sociais e individuais. No segundo tópico, houve a caracterização dos tipos de violência, no sentido de distinguir as formas que um ato violento pode acontecer, seguindo a Lei Maria da Penha. No terceiro momento, buscou-se entender as relações de gênero, e as posições sociais ocupadas pelo homem e mulher. Nesse sentido, foi realizada uma breve discussão social acerca dos aspectos histórico-culturais que culminaram no alto índice de violência, nos dias de hoje. No quarto e último tópico, foi listado repercussões psicopatológicas nas mulheres que sofrem violência e a necessidade de estudar essa variável, no sentido de tentar prevenir um ato que possui tantas consequências negativas no bem-estar da mulher.

1.1 Conceito e Caracterização

A violência se encontra enraizada nas estruturas sociais, econômicas e políticas, como também nas estruturas individuais. Não se trata de um fenômeno recente, exclusivo do mundo contemporâneo. Ao contrário, as tendências autodestrutivas da humanidade resistem, apesar dos esforços da sociedade para evitá-las e explicá-las. Isto é, a violência deixou de ser um ato circunstancial, para transformar-se em uma forma de ver e viver o mundo do homem moderno. Voltando no tempo, para os nossos ancestrais, a violência era uma das condições básicas de sobrevivência frente a um mundo hostil, tornando-se uma defesa natural e necessária. No entanto, a violência que caracteriza o homem histórico difere à medida em que a civilização evolui, ganhando diferentes contornos nas sociedades complexas (ANDRADE & FONSECA, 2008; DAY, TELLES, ZORATTO, AZAMBUJA, MACHADO, SILVEIRA, DEBIAGGI, REIS, CARDOSO & BLANK, 2003; ODALIA, 2017).

A conceituação acerca da violência pode ser entendida como uma relação, ação, negligências e omissões realizadas por indivíduos, grupos ou classes que ocasionem danos a outrem. Por sua vez, quando vinculada ao espaço físico - propriamente ao ambiente do lar - é caracterizada como violência doméstica. Sendo assim, denomina-se como:

Toda ação por omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família. Pode

ser cometida dentro ou fora de casa, por qualquer integrante da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida (DAY et. al., 2003, p. 10).

Essas podem ser perpetradas tanto por membros da família, como por vizinhos, amigos e outras pessoas que frequentam a residência. Mais ainda, incluiria também as violências ocorridas por pessoas que convivem no ambiente familiar, sejam empregados, companheiros íntimos, agregados e/ou visitantes esporádicos (ANDRADE & FONSECA, 2008).

A violência doméstica é uma das inúmeras formas de manifestação da violência de gênero. Quando direcionadas às mulheres, a especificidade consiste além de analisar a relação da violência em si, mas o cenário como um todo, levando em consideração a prática do ato violento por alguém que convive com a agredida. Nesses termos, a violência contra a mulher deve ser analisada em seu contexto, ou seja, se há relação doméstica/familiar e a existência de uma relação íntima, sobretudo, qualquer ação baseada no gênero (OLIVEIRA & FERIGATO, 2019; SANTOS & WITECK, 2016).

Destaca-se o gênero ao entender que há uma carga cultural e histórica, realçando as diferenças de papéis instituídos socialmente acerca do homem e da mulher, fortalecendo a assimetria de poder que se mostra nas relações de força e dominação. Além disso, reforça uma relação hierárquica e que, por estar calcada nas estruturas sociais, reproduz ideologias e imposições masculinas que tornam a identidade da mulher vítima de violência, ressaltando, ainda, o sistema familiar patriarcal (FONSECA & LUCAS, 2006; GUEDES, SILVA & FONSECA, 2009; SANTOS & WITECK, 2016).

1.2 Tipos de Violência

A manifestação da violência se dá através de diferentes formas e, por isso, estão previstos cinco tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher na Lei Maria da Penha. Serão destacados e caracterizados a seguir as violências física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Essas formas de agressão são complexas e não ocorrem de maneira isolada, trazendo graves consequências para a mulher (IMP, 2018).

Sendo assim, a Lei n.º 11.340/2006 define as formas de violência:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e

vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018).

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

De acordo com os dados do Sistema Único de Saúde (SUS), as mulheres atendidas são vítimas de diferentes tipos de violência. Com 48,7% dos casos em 2014, a violência física ocupa o primeiro lugar, sendo identificada com maior facilidade por deixar marcas visíveis no corpo, além de ser uma forma clara de exercer poder sobre a vítima. Normalmente ocorrem como forma de punição em decorrência de uma discussão, e aparecem por meio de espancamento, tortura, estrangulamento, lesão por objetos e queimaduras. A violência psicológica e/ou moral está em segundo lugar, com 23,0% dos atendimentos prestados. Todavia, é a violência mais difícil de ser identificada pela falta de conscientização. Acredita-se que ocorre com muito mais frequência, no entanto, é pouco denunciada pela falta de discernimento da vítima para reconhecer (BRANDÃO, 2020; OLIVEIRA & FERIGATO, 2019).

Juntamente, a violência moral frequentemente é confundida com a violência psicológica. No entanto, entrelaça-se à medida em que o agressor impõe insultos à vítima utilizando estigmas sociais. São maneiras de violência moral emitir juízos morais sobre a conduta, expor a vida íntima, espalhar mentiras, rebaixar e desvalorizar por meio de xingamentos, sendo os crimes digitais os mais comuns. A violência sexual, com 11,9% dos atendimentos, é a que mais acontece nos relacionamentos íntimos. Ocorre, sobretudo, pelo agressor considerar o corpo da vítima um objeto e instrumento de satisfação sexual, não levando o desejo da vítima em consideração. Por último, a violência patrimonial é bastante comum em divórcios. Tem como base a posse dos bens, estelionato, furto, extorsão ou dano (BRANDÃO, 2020; FONSECA, RIBEIRO & LEAL, 2012).

1.3 Aspecto Histórico-Cultural acerca da Violência contra Mulher

A violência contra a mulher tem raízes históricas definidas por pensamentos discriminatórios e misóginos, marcada pela submissão da mulher. Nesse sentido, o alicerce histórico que sustenta a estrutura familiar se refere a uma forma de organização em que o homem submete os outros membros da família ao seu poder, caracterizando o patriarcado. No Brasil, o patriarcado esteve presente desde a colonização e, posteriormente, explicitado no código civil, nos indicando uma realidade materializada e normalizada. Dessa forma, o modelo social é antigo, possibilitando o desenvolvimento da violência como meio do homem impor sua autoridade sobre a mulher (BARBOZA, 2020).

Assim, é possível entender que o patriarcado é um termo utilizado para resumir práticas culturais e um sistema político que conservam a inferioridade das mulheres e que, muitas vezes, é reafirmada pela violência de gênero. Sobretudo, sendo evidenciada pela exclusão da mulher no âmbito social, econômico e político. Nesse sentido, a noção de gênero é uma construção social que culmina em desigualdades sociais, à medida em que atribui características e atributos distintos para cada um dos sexos (BARBOZA, 2020; MELO, 2017).

Inicialmente, as diferenças biológicas teriam enfatizado certos papéis a serem desempenhados por homens e mulheres, levando a um rol social distinto, onde aos homens caberia a proteção e às mulheres procriação e cuidado com os filhos. Conforme a primeira referência de organização social e familiar ocorreu, deu-se origem à divisão sexual do trabalho, onde mais uma vez levou a mulher a uma situação de submissão nos espaços públicos e privados. Nota-se, então, uma desigualdade a partir dos desdobramentos do convívio social (BARBOZA, 2020).

O comportamento violento contra a mulher parece ter uma íntima relação com a separação de papéis entre homens e mulheres, bem como com características, tarefas e funções a serem desempenhadas. No geral, a mulher ocupa uma posição inferior, no sentido de ter o espaço social marcado pela exclusão e desigualdade, cabendo a obediência e submissão. Além disso, o local delimitado para a mulher é um ambiente doméstico, confinadas aos afazeres familiares. Nesse contexto, prevalecem adjetivos que as colocam em uma situação de passividade, sendo muitas vezes caracterizadas como frágeis, gentis e irracionais (BARBOZA, 2020; MELO, 2017; SOUZA, SILVA & ABREU, 2017).

Portanto, pode-se inferir que há um estereótipo de feminilidade, sendo iniciados na infância e reforçados na adolescência, observando um caráter transgeracional. A partir do

movimento feminista a cultura do machismo foi questionada, promovendo um outro lugar para a mulher diante a sociedade, com intuito de propor direitos iguais através do empoderamento feminino. Dessa forma, visa a liberdade de padrões patriarcais ou impostos pela sociedade, bem como a repressão de quaisquer discriminações (BARBOZA, 2020; SOUZA, SILVA & ABREU, 2017).

1.4 Repercussões Psicopatológicas nas Mulheres

Na década de 1990, momento em que a violência doméstica foi identificada como problema de saúde pública visto a alta crescente no país, o tema ganhou destaque em diversos setores: social, político, jurídico e de saúde. Dito isso, no campo sociopolítico, posto que a violência coloca a mulher em situação de perigo e vulnerabilidade, foram criadas inúmeras políticas de proteção e apoio para a vítima, além de políticas de enfrentamento com ações ampliadas e integradas (AMARAL, VASCONCELOS, SÁ, SILVA & MACENA, 2016; MEDEIROS & ZANELLO, 2018).

Por outro lado, há a necessidade de se destacar os impactos na saúde, uma vez que a violência doméstica se apresenta como um fator de risco, e uma das maiores causas de alterações do estado da saúde da mulher, seja física ou mental. No âmbito da saúde mental, pode acarretar depressão, abuso de álcool e drogas, ansiedade, insônia, estresse pós-traumático, suicídio ou tentativa, problemas alimentares, exacerbação de sintomas psicóticos e/ou transtorno bipolar (MEDEIROS & ZANELLO, 2018).

CAPÍTULO 2 – AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Este capítulo busca fazer uma breve apresentação acerca da avaliação psicológica, entendido como um processo de investigação reconhecido pelo Conselho Federal de Psicologia como uma prática profissional do psicólogo. Nesse sentido, o primeiro tópico busca explicitar a regulamentação dessa prática na legislação. No segundo momento, foram apresentados os aspectos teóricos que configuraram como um método científico, além dos procedimentos práticos que constituem a técnica. Em seguida, dentro da avaliação psicológica foi apresentado o psicodiagnóstico, caracterizando o método diagnóstico e identificando as etapas que o constituem. E por último, no quarto tópico, buscou-se associar a importância da avaliação psicológica no contexto da violência, especificamente, a partir da ótica do agressor.

2.1 Prática Profissional

Partindo do desenvolvimento da psicologia como ciência e profissão, a avaliação psicológica tem uma relevância histórica, contribuindo significativamente para a sua regulamentação. No Brasil, a área foi incluída na Lei nº 4.119 em 27 de agosto de 1962, onde dispõe os cursos de formação e:

Constitui como função privativa do Psicólogo a utilização de método e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos: a) diagnóstico psicológico; b) orientação e seleção profissional; c) orientação psicopedagógica; d) solução de problemas de ajustamento.

Nesse sentido, o uso de testes psicológicos é prerrogativa da atuação do psicólogo, estando capacitado a fazer o uso de instrumentos e técnicas específicas da profissão. Dentro de um contexto delimitado, tem como finalidade descrever as características das pessoas, prever comportamentos futuros, fazer classificação diagnóstica, planejar intervenções e monitorar variáveis psicológicas (BUENO & PEIXOTO, 2018; GOUVEIA, 2018; PRIMI, 2018).

Essa demanda está diretamente ligada com a formação profissional e a capacitação de competências básicas, onde espera-se conhecimento da teoria psicométrica e de testes psicológicos. Ademais, é de competência a execução e redação dos resultados (elaboração de laudos) e a capacidade de práticas integrativas de planejamento nos mais variados contextos e áreas da Psicologia. Além dos aspectos técnicos, demanda-se cautela ao compromisso social e político da área, no sentido de não coisificar a pessoa e perder o referencial humano (PRIMI, 2018; GOUVEIA, 2018).

De modo geral, a avaliação psicológica passou por diversas fases que refletem os desafios e avanços durante seu desenvolvimento como profissão. Desde mudanças quanto a formação e produção de conhecimento até o uso das técnicas para a resolução de problemas sociais. Nesse sentido, houve a necessidade da criação de um sistema cujo a finalidade é de um monitoramento contínuo para garantir a qualidade técnica, principalmente no que diz respeito aos instrumentos de avaliação utilizados pelos psicólogos. Por isso, o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) foi proposto para garantir a prestação de serviço com qualidade técnica e ética, e para aprimorar os instrumentos e procedimentos técnicos exclusivos do psicólogo (BUENO & PEIXOTO, 2018; WECHSLER, HUTZ & PRIMI, 2019).

2.2 Aspectos Teóricos e Práticos

Em razão do objeto de estudo da psicologia contemplar fenômenos humanos, diferentemente das ciências exatas em termos de medidas palpáveis, fez-se necessário o desenvolvimento de ações práticas vinculadas às ciências naturais. Nesse sentido, a avaliação psicológica surgiu como um processo de integração de informações acerca dos processos psicológicos a partir de técnicas específicas. De acordo com Alchieri e Cruz (2010, p.24, apud ANDRADE & SALES, 2017, p. 10):

A avaliação psicológica se refere ao modo de conhecer fenômenos e processos psicológicos por meio de procedimentos de diagnóstico e prognóstico e, ao mesmo tempo, aos procedimentos de exame propriamente ditos para criar as condições de aferição ou dimensionamento dos fenômenos e processos psicológicos conhecidos.

Ademais, a avaliação recebeu influências da psicometria, sendo identificada, em particular, ao desenvolvimento e criação de testes psicológicos, abrindo espaço para a operacionalização de teorias psicológicas. Tem importância pela forma de avaliação objetiva em relação aos fenômenos psicológicos. Ou seja, alia o uso de métricas para estabelecer medidas para construtos e variáveis psicológicas. Como acrescenta Primi (2003, p. 68):

A avaliação psicológica fomenta na observação sistemática de eventos psicológicos, abrindo os caminhos para a integração teoria e prática. Permitindo que possam ser testadas, eventualmente aprimoradas contribuindo para a evolução do conhecimento da psicologia.

Além de incorporar ciência e profissão, o processo da avaliação deve ser dinâmico e possuir um caráter integrador, buscando contemplar aspectos históricos, sociais e culturais. Para cumprir com os objetivos técnicos e teóricos, será pertinente estabelecer o contexto no qual se aplica, propósitos e construtos estabelecidos a serem investigados, adequação de

instrumentos e, por fim, condições técnicas e metodológicas acerca do instrumento (ANDRADE & SALES, 2017).

Nesse sentido, diante das diferentes possibilidades da atuação prática que a psicologia oferece, a avaliação psicológica, tratando-se de um método científico, precisa ser adequada a partir do contexto a ser trabalhado. Os possíveis cenários de realização, contemplam, sete contextos principais: saúde, escolar, trânsito, jurídica, organizacional, orientação profissional e psicodiagnóstico clínico. Além disso, o profissional pode produzir diferentes documentos há depender da demanda, como atestado, parecer psicológico, declaração ou relatório psicológico (DOURADO & SILVA, 2016).

Acerca dos métodos, técnicas e/ou instrumentos nos quais o psicólogo deve pautar sua decisão, devem, obrigatoriamente, serem reconhecidos cientificamente para o uso na prática. Esses são fontes fundamentais, e a depender do contexto, podem recorrer ao uso de fontes complementares. Como pontua a Resolução n° 09/2018:

- I - Fontes fundamentais
 - a) testes psicológicos aprovados pelo CFP para uso profissional
 - b) entrevistas psicológicas e/ou anamnese
 - c) protocolos ou registros de observação de comportamentos obtidos individualmente ou por meio de processo grupal e/ou técnicas de grupo
- II - Fontes complementares
 - a) técnicas e instrumentos não psicológicos que possuam respaldo da literatura científica da área e que respeitem o Código de Ética e as garantias da legislação da profissão
 - b) documentos técnicos, tais como protocolos e/ou relatórios de equipes multiprofissionais

As etapas que compõem o processo da avaliação psicológica incluem: recebimento da demanda, caracterização do objeto de estudo, análise da demanda, definição do objeto de avaliação, elaboração do planejamento técnico, enquadramento de trabalho, aplicação do plano estabelecido, análise de dados, integração de resultados, elaboração de enquadramento, elaboração da síntese, devolução de resultados. Explicando as etapas elencadas, em primeiro lugar receber a demanda seja por solicitação, motivo, queixa, pedido, para que em seguida, o objeto do estudo seja definido em indivíduo, grupo ou organização. A partir daí, define e esclarece o objeto a ser estudado, levantando as primeiras hipóteses. Já com o tipo de avaliação escolhida, se estabelece o método e as estratégias a serem utilizadas, ou seja, toda elaboração do planejamento técnico. Em sequência há a aplicação do plano estabelecido, juntamente com o enquadramento e contrato de trabalho junto ao objeto escolhido, levantando o maior número de dados para a análise e interpretação. Segue então para a integração de

resultados junto a instrumentos e técnicas, para, então, enquadrá-los sob um referencial teórico. Por fim, elabora-se uma síntese conclusiva acerca do processo da avaliação, unindo-os em um documento para uma devolutiva adequada dos resultados (ANDRADE & SALES, 2017).

Há diferentes modelos de avaliação psicológica envolvendo as diferentes formas de obter informações. O método clínico consiste, principalmente, em entrevista e observação, se tratando de um método qualitativo. Para isso, segue a realização do exame psíquico, juntamente com o levantamento da queixa inicial, história clínica e história de vida do sujeito. O método projetivo, também qualitativo, trabalha com situações experimentais não estruturadas para observar o comportamento do sujeito a partir de determinadas condições pré-definidas. O método psicométrico, que se trata da medição de fenômenos através de instrumentos quantitativos. E, por último, o processo psicodiagnóstico que associa os métodos clínico, projetivo e psicométrico. Este por sua vez, possui diagnóstico e prognóstico confiáveis, à medida em que estabelece o exame clínico e os exames complementares psicométricos e projetivos (CABRAL & NICK, 2000; ANASTASI & URBINA, 2000).

2.3 Psicodiagnóstico

O processo psicodiagnóstico surge a partir de um novo entendimento acerca da classificação dos transtornos mentais, onde estes são percebidos sobretudo de maneira compreensiva e dinâmica. O psicodiagnóstico “é um tipo de avaliação psicológica a partir de propósitos clínicos, visando identificar potencialidades e fraquezas no funcionamento psicológico, com o foco na existência ou não de psicopatologias” (CUNHA, 2000, p. 23). Dito isso, é um processo científico de duração limitada, que administra testes psicológicos para integrar ao histórico de vida do examinando, a qual tem por bases os critérios de normalidade em saúde mental (BARBOZA, 2020).

De modo geral, pode-se afirmar que é um processo bipessoal, com vários objetivos, a depender do motivo inicial, e que devem partir de um levantamento prévio de hipóteses, onde o plano de avaliação é estabelecido com base nas perguntas ou hipóteses iniciais para, então, definir os instrumentos necessários. Pressupõe-se a utilização de procedimentos que vão além dos testes psicológicos, abordando sempre de maneira sistemática, científica e orientada para a resolução de problemas (CUNHA, 2000; RIGONI & SÁ, 2016).

O objetivo do processo irá depender da complexidade e da questão proposta e podem ser referentes desde a uma classificação simples a uma perícia forense. Nessa perspectiva,

Arzeno (1995, apud RIGONI & SÁ, 2016, p. 4) relata o processo contemplando algumas finalidades:

1. Investigação diagnóstica: tem como objetivo explicar o que acontece além do que o avaliando consegue expressar de forma consciente - e isso não significa rotulá-lo
2. Avaliação de tratamento: visa avaliar o andamento do tratamento. Seria o “reteste”, no qual se aplica novamente a mesma bateria de testes usados na primeira ocasião ou uma bateria equivalente.
3. Como meio de comunicação: procura facilitar a comunicação e, em consequência, a tomada de insight.
4. Na investigação: com o intuito de criar novos instrumentos de exploração de personalidade e, também, planejar a investigação para o estudo de uma determinada patologia.

O processo envolve quatro etapas. A primeira inicia-se com o contato inicial com o avaliando. É importante coletar o máximo de informação acerca da história clínica e da vida, fazendo o uso de entrevista e questionário. A segunda etapa refere-se à aplicação de testes e técnicas psicológicas. A terceira etapa diz respeito à conclusão do processo, com uma devolutiva oral ao avaliando. E por último, a quarta etapa engloba a elaboração escrita para o solicitante. Nesse sentido, é imprescindível que o psicólogo responsável tenha uma postura ética e estruture um plano de avaliação, a fim de cumprir com os objetivos pré-estabelecidos (CUNHA, 2000; RIGONI & SÁ, 2016; RIGONI & SÁ, 2016).

Neste plano de trabalho, o processo psicodiagnóstico tem por objetivo a avaliação compreensiva do nível de funcionamento da personalidade, onde as funções do ego são examinadas, para facilitar as recomendações terapêuticas, bem como com um objetivo preventivo, subsidiando estudos futuros (CUNHA, 2000).

2.4 Avaliação Psicológica no Contexto da Violência Doméstica

A avaliação psicológica em agressores domésticos é de suma importância, uma vez que visa identificar a dinâmica do funcionamento psíquico, em dado momento. A coleta de informações busca levantar evidências sobre a violência e sua natureza, desempenhando um papel fundamental para a compreensão e entendimento. Objetiva-se, então, investigar as condições psicológicas - afetivas/emocionais, cognitivas e comportamentais - do indivíduo relacionado a um crime em questão. Para isso, explora-se aspectos como a presença de transtornos mentais, motivações internas e externas, fatores contextuais e outras variáveis que possam ter auxiliado na ação delituosa (CARDOSO, SILVA, CAMPOS & CIRAULO, 2020; TARDIVO, JUNIOR & SANTOS, 2005).

Nesse sentido, a avaliação pode contemplar aspectos acerca da personalidade do indivíduo, bem como do risco de violência e reincidência criminal, da agressividade,

psicopatia e impulsividade, como das variáveis implicadas nesse contexto. Dessa forma, é importante destacar como o examinando percebe suas relações e o ambiente que o cerca. Também é necessário avaliar possíveis déficits cognitivos, além das características da personalidade e transtornos psiquiátricos/psicológicos. Para isso, o funcionamento atual do indivíduo deve estar relacionado com a história, pretendendo comparar a queixa com as características obtidas na avaliação (CARDOSO, SILVA, CAMPOS & CIRAULO, 2020).

A metodologia para a realização da avaliação no contexto da violência irá depender das características do caso e do sujeito. Inclui-se nível de escolaridade, idade, presença de limitações físicas ou mentais e qualquer outro atributo que seja relevante para a investigação das hipóteses iniciais. No geral, os instrumentos adequados à avaliação nesse contexto devem contemplar aspectos referentes à estrutura da personalidade, à cognição, à dinâmica e à afetividade do autor da violência. Além do exame clínico ser importante para colher informações acerca da história de vida do indivíduo, o uso de testes psicológicos aprofunda na compreensão do sujeito, mensurando diversas características. Assim, abre possibilidade de observar o comportamento de maneira padronizada e possibilita acessar questões inconscientes da psique (SANTOS, 2014).

Dependendo do caso em questão, se faz necessário investigar se há algum transtorno do espectro psicótico ou o rebaixamento intelectual, como também se faz necessário avaliar a capacidade de entendimento. Por isso, é importante investigar aspectos cognitivos, como pensamento, raciocínio, capacidade de compreensão e percepção. Essas questões podem estar relacionadas na compreensão da natureza criminosa de um ato, uma vez que é através da cognição que o sujeito consegue desenvolver capacidades emocionais e intelectuais, prejudicando o discernimento e aspectos não cognitivos da conduta (SANTOS, 2014).

Além disso, os testes cognitivos são considerados os ideais para iniciar a testagem psicológica por sua natureza pouco ansiogênica, normalmente sendo gráficos e de material simples. Quanto aos testes projetivos, geralmente são aplicados dois testes de personalidade e buscam “investigar o grau de controle dos impulsos, característica do relacionamento interpessoal, o controle emocional, recursos da personalidade, agressividade e presença de psicopatologias” (SANTOS, 2014, p. 5).

Diante dos dados comentados anteriormente, a frequência com que os atos de violência acontecem, é importante que os profissionais da área de saúde mental busquem conhecer os fatores que influenciam nesse fenômeno. Presume-se que prevenir a violência

doméstica seja trabalhar, também, a partir da ótica do agressor. Nesse sentido, a avaliação psicológica no contexto da violência doméstica contra a mulher se faz importante à medida em que elucidada determinados aspectos psicológicos do funcionamento da dinâmica psíquica do sujeito, abrindo a possibilidade de novos recursos serem criados e exercidos por agressores domésticos a partir do contato terapêutico (STENZEL, 2019).

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

A abordagem metodológica qualitativa a ser utilizada tem como objetivo ajudar na construção dos fenômenos da natureza, em particular, descrevendo suas propriedades, para auxiliar na descoberta de dimensões não conhecidas do problema em questão. Tem a capacidade de emergir novos conteúdos, buscando significado das coisas a partir da perspectiva do sujeito. O pesquisador privilegia o “setting natural” procurando dar significação tal como ganha o fenômeno, a fim de entender o processo em si. Por esta razão, o método qualitativo prioriza aspectos indutivos, holísticos, subjetivos para desenvolver teorias *como* o objeto de estudo acontece ou se manifesta. Vale lembrar o papel organizador que esse tem na busca de significado dos seres humanos (SERAPIONI, 2000; TURATO, 2005).

3.1 Tipo de Estudo

Trata-se de uma pesquisa exploratória que tem a finalidade de familiarizar o problema da pesquisa de modo a torná-lo explícito ou a construir hipóteses, por meio da pesquisa bibliográfica e entrevistas com pessoas que vivenciaram o fenômeno pesquisado, bem como utilizar de exemplos para obter maior compreensão (GERHARDT & SILVEIRA, 2009).

Dentro dessa perspectiva exploratória, uma das técnicas utilizadas para o trabalho é o estudo de caso. Por sua vez, este tem a análise a partir de um caso detalhado que procura explicar a dinâmica dos eventos da natureza. Tem por particularidades, organizar dados em sua forma unitária, incluindo o desenvolvimento, destacando as características mais importantes. Para isso, evidenciam dados descritivos, abertos e flexíveis de maneira contextualizada, para também analisar um caso em si, orientar estudos, servir de instrumentos para pesquisas, visando ampliar a compreensão sobre um conjunto ainda maior de eventos (VENTURA, 2007).

3.2 Participantes

Participou deste estudo um participante dentro dos critérios de inclusão da pesquisa. Os critérios apresentados são que seja do sexo masculino, tenha no mínimo 18 anos, seja alfabetizado e que possua histórico de autor de violência doméstica contra a mulher. O recrutamento ocorreu por conveniência e a seleção foi de maneira voluntária. Foram excluídos aqueles que não tiverem disponibilidade de horário, bem como falta de interesse em realizar uma avaliação psicológica.

Eduardo¹ tem 23 anos, é natural do interior de Minas Gerais e, atualmente, reside em Brasília. cursou até o 8º ano do ensino fundamental e, no momento atual, encontra-se desempregado. Há um ano e meio, Eduardo foi penalizado na Lei Maria da Penha devido a uma agressão contra a irmã, de 21 anos.

3.3 Instrumentos

Os instrumentos utilizados foram a entrevista inicial, anamnese e questionário do histórico de vida, além de testes cognitivos e de personalidade. Os testes foram analisados de acordo com as indicações dos seus respectivos manuais a fim de cumprir com os objetivos da pesquisa. Nestas foram realizadas o Teste Não Verbal de Inteligência - R1, a Técnica Projetiva de Desenho Casa-Árvore-Pessoa – HTP e a Bateria Fatorial de Personalidade – BFP.

O R1 se apresenta por um conjunto de imagens em ordem crescente de dificuldade, na qual o participante deverá escolher um item e registrar na folha de resposta. Para a resolução do item é necessário diferentes tipos de raciocínio, desde complementação de figuras, analogia de adição e subtração, mudança de posição, e tem como objetivo avaliar o fator G de inteligência (OLIVEIRA, 2018).

A técnica projetiva HTP tem como objetivo avaliar as características da personalidade. Estimula áreas de conflitos e elementos da personalidade através de desenhos específicos, seguindo um inquérito pertinente, com associações por meio do desenho (BUCK, 2009). No mesmo sentido, o BFP cumpre com os mesmos objetivos, mas distingue cinco grandes fatores: neuroticismo, extroversão, socialização, realização e abertura, em que o avaliando, através de situações cotidianas responderá uma escala sobre o quanto aquela situação se adequa ou não a sua pessoa (NUNES, HUTZ & NUNES, 2010).

3.4 Estratégia de Coleta

Em primeiro lugar a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e aprovada com número da CAAE: 44892821.2.0000.0023.

A coleta de informações foi contínua e ocorreu pelo processo psicodiagnóstico. Totalizou quatro sessões ao longo de uma semana, com duração de, em média, uma hora cada. Constituindo a base de dados, todo o material levantado foi lido, e destacado conteúdos necessários a ser julgado pelo tema de pesquisa (BRANSKI, FRANCO & JR., 2010).

Na primeira sessão, foi preenchido o formulário de identificação, o termo de consentimento do Centro de Atendimento Comunitário do CEUB, bem como as regras de

¹ Nome Fictício

funcionamento da clínica escola. Também foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (ANEXO A), a fim de manifestar a ética no desenvolvimento do trabalho, proteger e esclarecer o sujeito da pesquisa. Em seguida, deu-se início ao exame clínico, com a finalidade de levantar o maior número possível de informações acerca da história clínica e suas repercussões. Ao fim, foi entregue o questionário do histórico de vida para explorarmos na sessão seguinte.

Na segunda sessão, Eduardo trouxe o questionário do histórico de vida, afirmando não ter respondido algumas questões por se sentir constrangido. Nesse primeiro momento, direcionei para as questões respondidas, visando compreender a história de vida, desde a infância até a vida adulta. Na terceira sessão, procurei investigar as questões não respondidas, direcionando para as informações sexuais, a relação com as pessoas da sua família e aspectos sobre ser homem. Aspectos estes que chamaram a atenção, sempre visando o fenômeno em questão. Ao final, reservei 30 minutos para a aplicação do R1. Na quarta e última sessão, ficou destinado para a aplicação dos testes projetivos BFP e HTP respectivamente, devido à complexidade e ao tempo envolvido.

3.5 Estratégia de Análise

As informações relevantes obtidas foram categorizadas e classificadas em uma estrutura de análise, com o intuito de levantar a queixa inicial, a história clínica e de vida, além de facilitar o estabelecimento de relações e identificações de padrões, buscando similaridade a partir do que foi presenciado em campo entre os casos, com base nos testes psicológicos que serão corrigidos e analisados de acordo com seus respectivos manuais, relacionado com a história de vida do avaliando (BRANSKI, FRANCO & JR., 2010).

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados obtidos e relacioná-los com os achados teóricos. No primeiro subcapítulo, é apresentada a história clínica do participante, elucidando o episódio da violência doméstica e associando com os aspectos da história de vida, com o intuito de compreender quais fatores contribuíram para o contexto da violência. Com isso, houve uma formulação da hipótese diagnóstica, relacionando os dados a partir de uma leitura reflexiva. No segundo tópico, houve a descrição dos resultados obtidos dos instrumentos psicológicos utilizados. Os dados do BFP foram expostos em tabelas e explicitados em seguida. No HTP, os desenhos foram postos em anexo e as características que mais se repetiram ao longo do teste foram destacadas e relacionadas teoricamente.

No tópico 4.3 foi articulado o exame clínico com os resultados dos testes, com o intuito de integrar os dados e interpretar como e porque o sujeito se constituiu dessa forma na sua história de vida. E por último, o quarto tópico buscou relacionar o conteúdo com os objetivos do trabalho, dialogando com o estado da arte e discutindo clinicamente acerca das estruturas da personalidade.

4.1 História Clínica e História de Vida

Descrevendo o contexto da história clínica, ocorreu em um sábado após uma viagem do pai, onde Eduardo ficou encarregado de tomar conta da casa com sua ausência. Nesse sentido, a irmã e a mãe saíram e não atenderam as ligações do pai, que recorreu a Eduardo para mantê-lo informado. Por volta das três horas da manhã, a mãe e a irmã chegaram em casa e Eduardo, obedecendo aos comandos do pai, ligou informando que elas haviam chegado embriagadas. O pai exigiu que Eduardo recolhesse seus celulares, afirmando não ter utilidade uma vez em que elas não o atenderam. Após Eduardo esconder os celulares, a irmã se exaltou, por entender que ele não tinha esse direito, e ele respondeu dando um tapa. Nesse momento, Eduardo diz que a irmã “surtou” (sic) fazendo com que ele explodisse, dando socos, tapas e rasteiras.

No dia seguinte, o pai retornou de viagem e Eduardo entregou os celulares a ele. A irmã decidiu procurar a delegacia, onde foi acompanhada pela mãe. Ao registrar o boletim de ocorrência, os policiais aconselharam procurar uma conversa antes de abrir um processo, por tratar-se de uma briga familiar. No entanto, ela deu continuidade com a ocorrência. No primeiro mês após o episódio, Eduardo relata não ter conversado com a irmã. Nesse contexto, o pai precisou intervir pedindo para que ela retirasse a queixa. No fim, Eduardo não sabe

como está sua situação com a justiça, mas relata momentos em que precisou prestar depoimento, indo a algumas audiências.

Sobre a história de vida de Eduardo, o mesmo mora atualmente com a mãe, o pai e seus irmãos, sendo o mais velho de uma prole de cinco filhos. Nasceu em Minas Gerais, mas logo mudou-se para o Maranhão, passando o início da sua infância sob os cuidados dos avós maternos. Não conheceu o pai biológico e presenciou constantes agressões do padrasto contra a mãe, que também o ameaçava de morte. Aos cinco anos chegou em Brasília ao encontro da mãe, que já estava junto com seu atual marido, pai de criação de Eduardo. Relata ter vivido bons momentos, até que seu pai começou a ter problemas com bebidas. Nesse sentido, relata ter vivenciado novamente brigas e agressões dentro do contexto familiar e com 10 anos começou a fazer o uso de cocaína para fugir dos problemas.

Na pré-adolescência já estava envolvido em rixas na rua, por causa das drogas, recebendo constantes ameaças de morte. Dentro de casa, as agressões contra a irmã já aconteciam. Na escola, dizia apanhar muito. Em uma ocasião, conseguiu comprar uma arma de fogo e atirou três vezes contra o menino que o agredia na escola. Após esse momento, Eduardo afirma ter sido respeitado e, por isso, começou a ser agressivo. Aos 17 anos, as brigas familiares diminuíram e Eduardo passou a sentir muito medo pelas constantes ameaças de morte que recebia, tendo pesadelos de teor violento, como ser torturado e morto a tiros e facadas. Por causa disso, a família decidiu mudar de cidade e Eduardo ouviu o conselho do pai em relação às drogas.

Na vida adulta, Eduardo se considera tranquilo, pensando antes de agir. Trocou a cocaína pela maconha, por sentir-se mais tranquilo e relaxado, conseguindo muitas vezes dormir. No contexto familiar, existem alguns conflitos, deixando-o preocupado com a saúde do pai. Em um momento, começou a trabalhar, mas se incomodou com as ordens que recebia e com tarefas que não era pago a fazer.

Nesse sentido, é importante pensar em como o contexto violento que Eduardo esteve inserido no seu desenvolvimento pode influenciar na organização das relações pessoa-ambiente, além na orientação das diversas construções de significados, influenciando no seu comportamento violento. Por isso, o contexto pode ser analisado como uma entidade particular, destacando o papel familiar, por ser o primeiro sistema no qual a pessoa em desenvolvimento interage. Pode-se afirmar que a família reflete os modelos em relação ao funcionamento, valores e tradições, influenciando no desenvolvimento pessoal e social do

indivíduo e influenciando no papel de identidade do sujeito, através das relevantes interações humanas aí existentes (ANTONI & KOLLER, 2010; LORDELO, BASTOS & ALCÂNTARA, 2002).

Acerca da constituição da sua subjetividade, a exposição de acontecimentos traumáticos pode ser um fator gerador de adoecimento psíquico, dificultando nos processos de simbolização e, por isso, podendo manifestar-se novamente em momentos futuros. Por serem fatores de risco, os eventos estressantes geram um alto grau de tensão, além de serem associados a distúrbios físicos e mentais, podendo, dessa forma, predizer o comportamento agressivo na adolescência (LEITE & CAMPOS, 2020; VIEIRA, 2015).

4.2 Resultados dos Testes Psicológicos

4.2.1 Teste Não Verbal de Inteligência (R1)

Os resultados obtidos foram interpretados a partir do livro de instruções (OLIVEIRA, 2018) e teve por objetivo avaliar o fator geral de inteligência, constante em todo tipo de atividade intelectual. Nesse sentido, o parâmetro de correção seguiu a tabela geral, comparando o sujeito a partir da escolaridade. O participante obteve 25 pontos e o percentil 50, de modo que a classificação da inteligência não verbal se encontra no nível médio.

4.2.2 Bateria Fatorial de Personalidade (BFP)

Os resultados do BFP (NUNES, HUTZ & NUNES, 2010) estão expostos em tabelas, de acordo com os cinco fatores de personalidade. A correção e interpretação para cada resultado foi feita a partir do manual técnico da bateria, seguindo as respostas dadas pelo participante, e o comparando com outros homens.

Como exposto na *Tabela 1*, o fator Neuroticismo está classificado na média, bem como, as subescalas Instabilidade Emocional e Passividade/Falta de Energia, indicando equilíbrio. No entanto, foi percebido altos escores no N1 e N4. O N1 tem como objetivo medir a Vulnerabilidade e avaliar a fragilidade emocional das pessoas. Também há relação de como as pessoas vivenciam o sofrimento emocional através da aceitação do outro. Indivíduos que possuem o escore muito alto, tendem a apresentar baixa autoestima e insegurança, dificuldade na tomada de decisão, além da dependência de pessoas próximas, temendo o abandono. Em relação à categoria Depressão (N4) se faz presente a identificação de padrões de interpretação acerca dos eventos que ocorrem ao longo da vida. O participante tende a relatar expectativas negativas e desesperança em relação ao futuro, além de indicar uma vida monótona e sem emoção, tendo dificuldades de objetivos claros.

Tabela 1 Resultados Neuroticismo

Fator	Percentil	Classificação
Neuroticismo (N)	55	Médio
Vulnerabilidade (N1)	90	Muito Alto
Instabilidade Emocional (N2)	65	Médio
Passividade/Falta de Energia (N3)	50	Médio
Depressão (N4)	90	Muito Alto

De acordo com a *Tabela 2*, a escala de Extroversão e Comunicação encontram-se na média. Contudo, observa-se um escore baixo na Altivez (E2). O E2 é composto por itens que buscam descrever indivíduos com uma percepção grandiosa acerca de sua capacidade e valor. Um baixo escore, indica pessoas humildes e com pouca necessidade de atenção, também não exaltam capacidades pessoais, podendo ter dificuldades de reconhecer atributos favoráveis. Por outro lado, os resultados evidenciaram altos níveis de Dinamismo (E3) e Interações Sociais (E4). O E3 está relacionado com a iniciativa das pessoas em situações variadas. Indicando pessoas mais dinâmicas, e se ocupando de várias atividades. O E4 está relacionado com pessoas que buscam ativamente por interações em grupo. Se esforçam para manter contato e se envolvem rapidamente com outras pessoas.

Tabela 2 Resultados Extroversão

Fator	Percentil	Classificação
Extroversão (E)	55	Médio
Comunicação (E1)	35	Médio
Altivez (E2)	15	Baixo
Dinamismo (E3)	85	Alto
Interações Sociais (E4)	75	Alto

Explicitando a *Tabela 3*, o fator Socialização e Pró-sociabilidade estão na média, sem alterações nos escores, indicando estabilidade. Todavia, a Amabilidade (S1) tende descrever pessoas atenciosas, compreensivas e empáticas, agrupando itens que buscam indicar pessoas educadas e agradáveis com o próximo, levando em consideração suas opiniões e necessidades. Quando se tem uma pontuação baixa no S1, infere-se indivíduos com pouca disponibilidade com os demais, sendo autocentradas e indiferentes às necessidades alheias. Nesse sentido, apresentam pouca preocupação em promover o bem-estar, podendo ser

insensíveis e hostis. Ao contrário, o participante obteve um alto escore no fator Confiança das Pessoas (S3), indicando uma postura ingênua, acreditando que os outros são honestos e bem intencionados. Nesse sentido, podem se colocar em situações que podem ser prejudicadas e enganadas.

Tabela 3 Resultados Socialização

Fator	Percentil	Classificação
Socialização (S)	55	Médio
Amabilidade (S1)	15	Baixo
Pró-Sociabilidade (S2)	50	Médio
Confiança nas Pessoas (S3)	90	Muito Alto

Em relação ao fator Realização, Competência e Ponderação, mostram-se na média, como mostra a *Tabela 4*. A discrepância ocorreu no Empenho/Comprometimento (R3), onde descreve detalhismo e exigência pessoal em relação à realização de trabalhos e tarefas. Além do mais, pessoas que se identificam com esses itens, procuram por reconhecimento de seus esforços e podem ser perfeccionistas. Planejam detalhadamente os passos para realizar alguma atividade e revisam cuidadosamente.

Tabela 4 Resultados Realização

Fator	Percentil	Classificação
Realização (R)	70	Médio
Competência (R1)	55	Médio
Ponderação/Prudência (R2)	60	Médio
Empenho/Comprometimento (R3)	75	Alto

Por último, o fator Abertura está relacionado com comportamentos exploratórios e de novas experiências. O escore Abertura a Ideias (A1) está na média, no entanto Abertura (A), Liberalismo (A2) e Busca por Novidades (A3) revelaram um baixo nível na classificação. Pessoas com pontuação baixa nessa dimensão tendem a se mostrar convencionais nas crenças e atitudes e conservadoras nas preferências. Nesse sentido, são pessoas mais rígidas e dogmáticas. Além disso, costumam ser menos responsivas emocionalmente. Quanto ao A2, os elementos que compõem essa escala dizem respeito à abertura para novos valores morais e regras sociais. Os itens indicam que estes tendem a evoluir ao longo do tempo, bem como

verdades, regras e costumes sociais. Pessoas com baixa pontuação possuem pouco interesse em questões na relativização de valores e conceitos sociais, entendendo que os valores adotados não devem ser alterados com o passar do tempo. Em concordância, o A3 descreve a vivência de novos eventos e ações, mostrando-se desconfortável com a quebra de rotina e tendo pouco interesse em conhecer novos lugares e objetos.

Tabela 5 Resultados Abertura

Fator	Percentil	Classificação
Abertura (A)	25	Baixo
Abertura a Ideias (A1)	55	Médio
Liberalismo (A2)	30	Baixo
Busca por Novidades (A3)	30	Baixo

4.2.3 Técnica Projetiva de Desenho Casa-Árvore-Pessoa (HTP)

Os resultados obtidos no HTP se deram através de quatro desenhos acromáticos, sendo respectivamente, uma casa, uma árvore, uma pessoa e outra do sexo oposto. Após os desenhos, foi feita uma série de questionamentos para definir, descrever e interpretar os desenhos, além de dar oportunidade do participante expressar os sentimentos, pensamentos e memórias associadas. Nesse sentido, têm-se como objetivo contextualizar para compreender o conteúdo de cada desenho. A partir do manual (BUCK, 2009), a interpretação ocorreu seguindo uma série de critérios quanto às características de cada desenho.

Os desenhos estão dentro da normalidade quanto ao tempo de latência e o tempo de conclusão. Além disso, o participante não se recusou a desenhar, obedecendo prontamente as instruções. No entanto, houve excesso de rasuras no desenho das pessoas, indicando uma tentativa meticulosa de melhora e perfeição. Levando em consideração as características gerais, como a proporção e a perspectiva, houve pontos interessantes a serem destacados. Em relação à figura desenhada e à folha do desenho, a árvore (ANEXO C) e a pessoa (ANEXO E) ocupam quase todo o espaço disponível, indicando sentimento de frustração e hostilidade no que se refere a um ambiente restrito. Também, pode-se inferir grande tensão e irritabilidade com sentimento de imobilidade.

Quanto à perspectiva, no desenho da casa (ANEXO B) e da pessoa (ANEXO D) foi observado uma mudança de posição da página da forma em que foi apresentada. Indivíduos com tendências agressivas e negativistas podem mostrar rejeição à sugestão. Além disso, em

todos os desenhos se nota uma ausência de profundidade, indicando um estilo rígido e intransigente, compensando com sentimentos de inadequação e insegurança.

Pensando nas características específicas, em relação à casa, pode-se inferir, pelo tamanho da porta, sentimentos de inadequação e indecisão. Observa-se uma ênfase no telhado, indicando desconfiança. Corrobora com o inquérito posterior, onde indica indivíduos mais desconfiados e paranoicos. Nesse sentido, Eduardo escolheu o quarto da frente para conseguir visualizar quem entra e sai da casa, bem como, preferir morar sozinho pela privacidade.

No que se refere ao desenho da árvore, o tamanho excessivamente grande indica uma satisfação na fantasia, podendo ser observada também no formato da copa, em nuvem. Além disso, o desenho centralizado aponta para uma rigidez, enquanto a falta de detalhes no desenho indica retraimento. Observa-se atitudes agressivas e paranoicas, dominação e tendências oposicionistas, em relação às raízes como garras. No inquérito, nota-se uma necessidade de afeto.

Levando em consideração os dois desenhos da pessoa, as principais características permitem deduzir tendências agressivas orais, pelo tamanho da boca, além do que a presença de dentes indica agressividade. A agressividade também está presente nos dedos pontiagudos das mãos. A ausência de pupila nos olhos representa a evitação de estímulos visuais desagradáveis. Os ombros quadrados indicam atitudes hostis e demasiadamente defensivas. Os pés para fora indicam a presença de sentimentos ambivalentes. Quanto à posição centralizada e à simetria excessiva dos desenhos, refere-se a uma postura rígida e fragilidade, respectivamente.

4.3 Análise do Psicodiagnóstico

Há um ano e meio Eduardo foi enquadrado na Lei Maria da Penha após ter agredido fisicamente sua irmã. O contexto se deu a partir de uma viagem do pai, onde Eduardo ocupou o papel do “homem da casa”. A briga ocorreu porque Eduardo obedeceu às ordens do pai, entendendo seu posicionamento.

Prestada a ocorrência, Eduardo não demonstra culpabilidade, configurando seu comportamento como uma reação a uma ação que estava errada. Nas audiências, relatou explicar o seu lado da história. Nesse sentido, caracteriza a violência como forma de correção e punição. Ademais, não quer o crime na sua ficha criminal, por não ser oprimido. Desde o

episódio, Eduardo relata pensar nas consequências, tendo comportamentos mais tranquilos e evitando agressões físicas.

Eduardo teve um desenvolvimento no seu ciclo de vida marcado por momentos de conflitos familiares, agressões e ameaças. Na juventude, apresentou episódios recorrentes de uso abusivo de bebidas alcoólicas e drogas como fuga desses contextos, levando-o para contextos sociais de hostilidade entre grupos de pessoas. Sofria agressões no contexto escolar e reproduzia um comportamento violento em casa, direcionados à irmã.

Relata ter sido respeitado diante uma atitude extrema de agressividade, onde passou a ser agressivo em qualquer ocasião. No entanto, relata medo da morte, diante as diversas ameaças que recebeu ao longo da vida, intensificando na vida adulta. Apresenta dificuldade em receber ordens, principalmente no contexto profissional. Além disso, teme compromissos e eventos importantes. As primeiras orientações de vida provêm do pai e tio, desde as informações sexuais até a construção de ser homem.

No exame realizado, Eduardo apresenta uma personalidade com estrutura frágil e vulnerável, marcada por instabilidade e insegurança. Essas características estão associadas com baixa autoestima, comumente tomando atitudes contra a vontade para agradar o outro. Normalmente, esses atributos estão relacionados com a dimensão familiar violenta e agressões sofridas no contexto escolar, levando o indivíduo a ter uma expectativa negativa em relação ao futuro, experimentando sentimentos de desesperança e tendo dificuldade para lidar com problemas. Nota-se, na fala de Eduardo, a falta de perspectiva acerca do futuro, como a realização de planos e objetivos claros, levando-o a uma certa monotonia e falta de emoções.

Costuma ter uma postura humilde, não se vangloriando por bens. No entanto, possui dificuldade de reconhecer a própria capacidade e atributos favoráveis. Tem pouca necessidade de atenção, mas se esforça para manter contato com as pessoas. Além disso, tende a ter uma postura ingênua, colocando-se em situações que pode ser prejudicado e/ou enganado. Em sua história de vida, envolveu-se em contextos de riscos por rixas entre grupos de pessoas, demonstrando a necessidade de atividades em grupo.

Apresenta pouco interesse em questões referentes a valores morais e regras sociais. Demonstrando ser dogmático e intransigente. Também, é convencional nas crenças e atitudes, e conservador nas preferências, expressando rigidez aos valores adotados. Além disso, sente-se desconfortável pela quebra de rotina, e possui pouco interesse em fazer coisas novas.

Possui boa energia vital, no entanto, pode ter dificuldades em direcioná-la adequadamente para o meio. Procura compensar tais aspectos por meio de estratégias de fixação na fantasia e satisfação imediata. Isso pode ser observado no uso de substâncias ilícitas, sendo uma forma de sair da realidade, onde caracteriza como fuga dos problemas.

Quando esses mecanismos se mostram pouco satisfatórios, tende a reagir com atitudes defensivas e agressivas. Demonstra pouca preocupação em promover o bem-estar, dirigindo-se de maneira pouco cuidadosa e hostil, tornando-o indiferente às necessidades alheias. Nesse sentido, pode levar a um rebaixamento da sua capacidade de julgamento, tomando atitudes impulsivas, gerando tensão, irritabilidade e ansiedade.

As características encontradas nesse campo podem estar ligadas ao histórico de vida, uma vez que ao longo de seu desenvolvimento, foi exposto a eventos estressores dentro e fora do ambiente doméstico. Além disso, o contexto social da cultura patriarcal parece exercer certa influência sobre seus próprios valores e costumes. Contudo, o período de abuso de drogas pode ter contribuído no problema de autocontrole e condutas exageradas, dependência econômica, depressão e estresse.

O quadro psicológico relatado se refere a um Transtorno Disruptivo, do controle de impulsos, envolvem dificuldades no controle de emoções e de comportamentos, se manifestando em situações que violam o direito do outro e coloca o indivíduo em conflitos significativos com outras pessoas, normas sociais e figuras de autoridade. Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM V (2014), o transtorno explosivo intermitente caracteriza-se por

- A. Explosões comportamentais recorrentes representando uma falha em controlar impulsos agressivos, conforme manifestado por um dos seguintes aspectos:
 - 1. Agressão verbal (p. ex., acessos de raiva, injúrias, discussões e agressões verbais) ou agressão física dirigida a propriedade, animais ou outros indivíduos, ocorrendo em uma média de duas vezes por semana durante um período de três meses. A agressão física não resulta em danos ou destruição de propriedade nem lesões físicas em animais ou em outros indivíduos.
 - 2. Três explosões comportamentais envolvendo danos ou destruição de propriedade e/ou agressão física envolvendo lesões físicas contra animais ou outros indivíduos ocorrendo dentro de um período de 12 meses.
- B. A magnitude da agressividade expressa durante as explosões recorrentes é grosseiramente desproporcional em relação à provocação ou a quaisquer estressores psicossociais precipitantes.
- C. As explosões de agressividade recorrentes não são premeditadas (i.e., são impulsivas e/ou decorrentes de raiva) e não têm por finalidade atingir algum objetivo tangível (p. ex., dinheiro, poder, intimidação).
- D. As explosões de agressividade recorrentes causam sofrimento acentuado ao indivíduo ou prejuízo no funcionamento profissional ou interpessoal ou estão associadas a consequências financeiras ou legais.

E. A idade cronológica é de pelo menos 6 anos (ou nível de desenvolvimento equivalente).

O transtorno segue um curso crônico, podendo ser episódico e com períodos recorrentes. Assim, é caracterizado por episódios de explosões emocionais, culminando em comportamentos agressivos de início rápido como resposta a uma provocação mínima. Portanto, a característica básica do transtorno explosivo intermitente é a incapacidade de controlar comportamentos agressivos a estressores psicossociais vivenciados subjetivamente. As características associadas que apoiam o diagnóstico são a presença de ansiedade e uso de substâncias. Os fatores de risco associados são ambientais, com indivíduos com história de trauma físico e emocional durante as primeiras duas décadas (DSM-V)

4.4 Articulação Teórico-Prática

Diante do que foi exposto, faz-se necessário destacar aspectos individuais, sociais e culturais da análise. Por ser um fenômeno multifacetário, separei didaticamente os aspectos clínicos e sócio-históricos, modelados por aspectos políticos, econômicos e culturais. Entretanto, se traduzem nas relações cotidianas entre sujeitos e as instituições, sendo um processo articulado, uma vez que o cenário em que o sujeito está inserido influencia diretamente na construção da personalidade.

4.4.1 Contexto Sociocultural

Uma das principais funções da família é proporcionar a dignidade da pessoa humana. Além disso, é a primeira agência educacional e responsável pela forma com que o indivíduo se relaciona com o mundo, por constituir a socialização primária do sujeito. Por isso, configura uma rede social e afetiva, trazendo consigo valores, ideologias e crenças, perpassando a história do indivíduo (NARVAZ & KOLLER, 2004; OLIVEIRA, RODRIGUES & CARVALHO, 2018).

Nesse sentido, é necessário destacar o ambiente que Eduardo esteve inserido durante a infância, caracterizando como um fator de risco e implicando negativamente no curso de seu desenvolvimento. Quando a criança é inserida em um contexto intrafamiliar violento e não existem fatores externos para modificar esse padrão, o adulto pode vir a repetir as condutas violentas aprendidas nas fases anteriores. Ou seja, consolidando a perpetuação do ciclo da violência de geração a geração (OLIVEIRA, RODRIGUES & CARVALHO, 2018).

No relato de Eduardo, nota-se a questão transgeracional da violência, como a repetição do padrão abusivo na história familiar. Além de ser percebido como algo natural e esperado, a partir da vivência de relações abusivas, como ator, vítima e testemunha

Quando eu tinha uns quatro anos eu via o namorado da minha mãe bater nela. Ele me ameaçava de morte. Com uns cinco anos eu passei a morar com meu pai de criação, que começou a ter problemas com álcool. Chegava em casa bêbado e brigava com minha mãe, partindo para a agressão muitas vezes. Na adolescência comecei a ser agressivo, qualquer coisa partia para a agressão [...] Em casa eu batia na minha irmã.

As organizações familiares são afetadas por heranças do patriarcado, expressando-se, também, no campo dos discursos e da subjetividade. Nesse contexto, os sujeitos se inserem na vida familiar segundo os referenciais de gênero, e desempenham, conseqüentemente, diferentes papéis sociais atribuídos para homens e mulheres. O homem é a figura que representa o sustento e a tradição. Assim, ganha mais espaço nas esferas públicas e ocupa o encargo social de provedor, o legitimando como chefe de família, portanto, portador de autoridade. Dessa forma, as responsabilidades sociais impostas ao pai, além de conduzir a ações rígidas, ainda inscreve no filho a sua imagem, incentivando-o na elaboração da identidade de gênero a partir de um referencial simbólico (FREITAS, SILVA, COELHO, GUEDES, LUCENA & COSTA, 2009; NARVAZ & KOLLER, 2004; SANTANA, 2010).

Meu pai viajou a trabalho e me deixou tomando conta da casa. Sou o mais velho, fico como o homem da casa quando ele não está. Elas saíram e não atenderam as ligações dele [...] Aí ele pediu para eu vigiar a hora que elas chegaram e se elas estavam bêbadas. Eu achei errado elas saírem e não avisarem ele.

Portanto, indicando as relações que se estabelecem nas famílias, revelam as questões de gênero e a produção de relações violentas. Nessa lógica, as ideologias de gênero legitimam as relações de poder sobre a mulher, e justificam a dominação masculina apoiada na força bruta (NARVAZ & KOLLER, 2004).

Ele pediu para que eu tomasse o celular delas, já que elas não usavam para falar com ele, então não servia para nada [...] Tomei o celular delas, e minha irmã começou a gritar dizendo que eu não tinha direito [...] Ela se exaltou e eu dei um tapa para ela ficar quieta.

A masculinidade é desenvolvida por uma experiência coletiva, através de ritos, testes e provas para o indivíduo responder publicamente. A imposição de papéis gera uma pressão social, e quando não cumprida, ameaça a própria noção de masculinidade. Nesse sentido, a violência surge a partir da incapacidade do homem de identificar-se e manter-se em seu próprio lugar. Ou seja, é um mecanismo de sociabilidade, além de reforçar a ideia que se tem

do masculino acerca de si no seu contexto (FREITAS et al, 2009; NETO, FIRMINO & PAULINO, 2019. p. 65).

Ela começou a gritar comigo e eu estourei. Ela estava errada e surtou. Eu dei socos, tapas e rasteiras. Joguei ela no chão. Foi uma reação que eu tive por uma ação dela [...] Na adolescência eu só tinha amigos envolvidos em brigas, nessas rixas por causa de drogas [...] uma vez atirei em um moleque que me batia, aí eu comecei a ser respeitado né? depois disso fiquei afoito... qualquer coisinha eu brigava.

Engendrado na cultura, a denúncia da violência rompe com a repetição expressa ao longo de várias gerações. No entanto, para que essas condições se instauram é necessário que haja apoio institucional. E muitas vezes, nota-se que os sistemas que deveriam ser de apoio, na verdade revitimizam a mulher, com intervenções desarticuladas e preconceituosas, culminando na cumplicidade cultural com práticas violentas (NARVAZ & KOLLER, 2004).

Ela foi na delegacia com a minha mãe fazer a ocorrência [...] Lá os policiais falaram para ela tentar conversar comigo antes. Como a gente é irmão dava para resolver sem antes me prejudicar.

Em suma, nota-se a hegemonia do modelo patriarcal que se originam as famílias, contribuindo estruturalmente com a divisão de gênero, atribuindo diferentes papéis sociais para homens e mulheres, atrelando o masculino ao trabalho e a produção. Nesse sentido, revela uma hierarquia entre os gêneros, garantindo a construção da masculinidade em uma posição dominante, a partir da força. As discussões de gênero abrem possibilidades de debater a violência, tendo a possibilidade de romper com um ciclo transgeracional. Assim, faz-se fundamental o apoio social, com a criação de leis que protejam as mulheres. No entanto, a prática ainda pode ser falha, observando mais violência contra as minorias.

4.4.2 Aspectos Clínicos

Como mencionado, Eduardo desde muito cedo teve envolvimento em episódios violentos, construindo sua identidade intimamente ligado a violência. Por apontar riscos, exerce grande influência no desenvolvimento emocional, contribuindo amplamente para o desajustamento psicológico na vida adulta. Desse modo, gera repercussões em várias esferas da vida do indivíduo, bem como, estratégias de enfrentamento a fim de superar as situações de violência ao longo do desenvolvimento (FRANCO, MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2018; VIEIRA, 2015).

As consequências psicoemocionais da exposição precoce em contextos de violência são geralmente de médio e longo prazo, e se manifestam como ansiedade ou depressão, baixa autoestima, medo, alterações no sono, agressividade e problemas de aprendizado, como uma

baixa performance social e intelectual (REICHENHEIM, HASSELMANN & MORAES, 1999; MORÉ & KRENKEL, 2014).

Nesse sentido, corroborando com a literatura, os testes de personalidade apontam para essas repercussões. Como mostra no BFP um alto nível de depressão e vulnerabilidade, tendo como características a baixa autoestima e desesperança, no HTP os desenhos revelam ansiedade, autocrítica, indecisão e conflito. Além disso, nota-se comportamentos agressivos, como forma de reprodução de experiências da violência (VIEIRA, 2015).

Quando eu tinha uns três/quatro anos o namorado da minha mãe me batia e me ameaçava de morte. Eu sentia muito medo, não queria morrer [...] Sempre tive muitos pesadelos, às vezes não conseguia nem dormir. Sonhava que estavam me matando. Tortura, facada, tiro [...] Na adolescência, eu batia na minha irmã todas as vezes que a gente brigava.

Ainda sobre as repercussões, observa-se o uso de álcool e outras drogas, desenvolvendo um estilo de vida de alto risco, com comportamentos criminosos e violentos. Assim, existe uma relação entre a história de violência familiar na infância e criminalidade na adolescência (MORÉ & KRENKEL, 2014; LORDELO, BASTOS & ALCÂNTARA, 2002; REICHENHEIM, HASSELMANN & MORAES, 1999).

Comecei a usar cocaína para fugir dos problemas de casa [...] Uma vez consegui comprar uma arma na favela para atirar no menino que me batia na escola. Dei três tiros contra ele [...] Tive que mudar de cidade porque estavam me ameaçando de morte, por causa dessas rixas de gangues né?

Levando em consideração a história de vida de Eduardo, as agressões na infância podem predizer o considerado comportamento agressivo, perpassando pelos diversos contextos em que se insere socialmente, fazendo de sua história de vítima a agressor. Além disso, o BFP relaciona essa questão quando aponta pouco interesse de Eduardo em questões referentes a valores morais e regras sociais, bem como pouca preocupação em promover o bem-estar, possuindo muitas vezes atitudes hostis e defensivas (LORDELO, BASTOS & ALCÂNTARA, 2002).

Pode haver comprometimento no desempenho escolar, suscetíveis a sofrerem de problemas como repetência e evasão escolar, e apresentam sinais de hiperatividade. Dessa forma, constata com a situação de Eduardo, onde ocorreu o abandono escolar, cursando até a oitava série do ensino fundamental. Na vida adulta abandonou o emprego e teme compromissos e eventos importantes (LORDELO, BASTOS & ALCÂNTARA, 2002; REICHENHEIM, HASSELMANN & MORAES, 1999).

Eu larguei um emprego porque o cara queria mandar em mim, me dar trabalho que eu não era pago para fazer [...] Eu tenho medo de compromisso sério, fico muito agitado quando tenho que cumprir alguma coisa, ou um evento importante, aí começo a fumar mais para tentar me acalmar.

Dessa forma, há problemas sociais no que diz respeito ao baixo desempenho no trabalho, não conseguindo manter por um longo período de tempo. Relacionando com os testes, Eduardo apresenta certo perfeccionismo, planeja detalhadamente suas atividades e precisa de reconhecimento. Essa dinâmica pode gerar tensão, fazendo com que Eduardo fique ansioso e agitado, procurando satisfação na fantasia através do uso de drogas (DELANEZ, 2012).

Com relação às repercussões que ocorrem no ambiente doméstico, a principal consequência seria a falta de confiança gerada na vítima. Nesse sentido, podem se transformar em adultos desconfiados, por inicialmente as pessoas que deveriam estar protegendo, não o fazem (DELANEZ, 2012). O que os testes apontam, é para um sujeito desconfiado e com atitudes paranóicas, além da necessidade de afeto e proteção. Além disso, os olhos sem pupilas do desenho da pessoa, indicam a evitação de estímulos visuais desagradáveis. Isso pode relacionar-se na infância e adolescência, quando presenciava constantes agressões contra sua mãe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a mulher é um fenômeno complexo caracterizado como multifacetado e multidimensional. Estrutura-se em classe, modalidade e forma, além de incluir categorias relativas às suas causas e consequências. Ao focar esta interface, defronta-se com amplas implicações ligadas ao fenômeno, associados a problemas variados, complexos e de natureza distinta. Além disso, há repercussões em diversas esferas da vida de quem sofre a agressão. Nesse sentido, baseada na relação de poder e dominação, a violência sempre esteve presente nas relações familiares, indicando como o principal sistema responsável pela perpetuação da violência a eventos cíclicos (FONSECA, RIBEIRO & LEAL, 2012; LORDELO, BASTOS & ALCÂNTARA, 2002; MORÉ & KRENKEL, 2014).

As bases históricas da violência contra a mulher no âmbito doméstico estão arraigadas na construção social das relações de gênero, e recebe influências de uma sociedade machista e patriarcal. As organizações familiares seguem o modelo tradicional, é nesse contexto onde o indivíduo estabelece um vínculo primário e a realização da personalidade de seus membros. Com efeito, a família permite a conexão da área pública e a privada (DELANEZ, 2012; LORDELO, BASTOS & ALCÂNTARA, 2002).

Observa-se a partir do estudo de caso, é que o contexto familiar violento e a exposição precoce a essas situações, podem ter influência no comportamento agressivo de Eduardo na vida adulta, reproduzindo para outras esferas da vida o que aprendeu na infância. Dessa forma, houve influência do contexto social em que Eduardo estava inserido, observando um modelo tradicional na dinâmica familiar, portanto, baseada na hierarquia de poder e dominação da mulher. Ainda, elucidando o caráter cíclico da violência, culminando na sua perpetuação.

Sendo assim, a importância de investigar a temática no meio acadêmico diz respeito ao levantamento de informações para compreender um fenômeno complexo como a violência, visto o alto índice de crimes dessa origem na sociedade como um todo, chamando a atenção para um problema político. Também, se faz necessário elucidar as repercussões psicológicas na vítima de violência, contribuindo negativamente em sua esfera privada, bem como influenciando o coletivo. Quando olhamos para o agressor, além de punir, é necessário compreender o fato para tentar interromper o ciclo da violência. Visando o bem-estar social, principalmente, a saúde e segurança da mulher.

Os resultados apontam para a construção de um agressor, a longo prazo. Inicialmente como vítima em sua própria história de vida, sofreu agressões e ameaças a partir dos três anos de idade, além de presenciar constantes brigas e agressões no contexto familiar. Pode-se inferir que os pilares sociais influenciam na violência doméstica, tornando uma vivência com marcas psíquicas que interferem no desenvolvimento infantil, levando a uma série de repercussões psicopatológicas na vida adulta.

Desse modo, foi realizado o processo psicodiagnóstico para levantar características e indicadores psicopatológicos, tendo como objetivo investigar a dinâmica psíquica de autores de violência doméstica contra a mulher. A avaliação apontou para um quadro de transtorno explosivo intermitente, cumprindo com os objetivos deste plano de trabalho. No entanto, as dificuldades encontradas foram o curto prazo de tempo, devido ao recrutamento de participantes. Não houve voluntários, observando resistências em se reconhecerem como autores de violência. Portanto, foi destinado um tempo curto para a análise de dados. Ainda, é importante levar em consideração a metodologia utilizada, estudando um único caso e conseqüentemente, relatando a história de vida desse único sujeito.

Por fim, esse plano de trabalho tem um caráter preventivo, no sentido de servir como manejo terapêutico a partir dos resultados obtidos. Buscou-se levantar indicadores e elementos da psique do agressor doméstico, por permitir uma melhor compreensão e privilegia a eficácia do tratamento. Dessa forma, intervindo também no individual, abre a possibilidade de interromper com o ciclo da violência. Além disso, os resultados se mostram importantes para subsidiar as propostas de políticas públicas. Assim, sugere-se trabalhar nas famílias, criando políticas psicossociais como forma de intervenção, mostrando a importância de intervir na infância para desarticular com os pilares da violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Luana., VASCONCELOS, Thiago., SÁ, Fabiane., SILVA, Andrea. & MACENA, Raimunda. Violência Doméstica e a Lei Maria da Penha: perfil das agressões sofridas por mulheres abrigadas em unidade social de proteção. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 24(2): 292, maio-agosto/2016.

ANASTASI, Anne. & URBINA, Susana. **Testagem Psicológica**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ANDRADE, Clara. & FONSECA, Rosa Maria. Considerações sobre Violência Doméstica, Gênero e Trabalho das Equipes de Saúde e Família. **Rev Esc Enfermagem**. São Paulo. 42(3): 591-5, 2008.

ANDRADE, J. M., & SALES. H. E.S., A Diferenciação entre Avaliação Psicológica e Testagem Psicológica: Questões Emergentes. **Avaliação Psicológica: Aspectos Teóricos e Práticos**. Petrópolis. In M.R.C Lins & J. C. Borsa (orgs), pp. 9-22.

ANTONI, Clarissa., & KOLLER, Silvia. Uma Família Fisicamente Violenta: uma visão pela teoria bioecológica do desenvolvimento humano. **Temas em Psicologia**. Ribeirão Preto. v. 18, n. 1, p. 17-30, 2010

BARBOZA, Leandro Correa. **Violência Doméstica e Punibilidade: reflexões a partir das contribuições da psicopatologia, psicanálise e criminologia clínica**. Dissertação (Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos) - Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados, MS, 2020

BUCK, John. **H-T-P: Casa – Árvore – Pessoa. Técnica Projetiva de Desenho: Manual e Guia de Interpretação**. São Paulo: Vetor, 2009.

BUENO, José Maurício & PEIXOTO, Evandro Moraes. Avaliação Psicológica no Brasil e no Mundo. **Psicologia, Ciência e Profissão**. v. 38, n. 3, p. 108-121, Jun/Set 2018

BRANDÃO, Isabella. **A Dificuldade do Caráter Repressivo da Violência Doméstica Contra a Mulher**. Tese (Monografia em Direito) - Escola de Direito e Relações Internacionais, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020

BRANSKI, Regina., FRANCO, Raul., & JR., Orlando. Metodologia de Estudos de Caso Aplicada a Logística. **Congresso Ens Transportes**, 2010.

CABRAL, Álvaro. & NICK, Eva. **Dicionário Técnico de Psicologia**. São Paulo: Cultrix, 2000.

CARDOSO, Alice Lira. SILVA, Gabriella. CAMPOS, Thiago. & CIRAULO, Lizandra. Avaliação Psicológica de Agressores Sexuais no Contexto Brasileiro: instrumentos e

perspectivas. **Rev. Bras. de Direito Processual Penal**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 247-281, Jan-abr, 2020

CUNHA, Jurema. **Psicodiagnóstico-V**. Rio Grande do Sul: Reimpressão, 2008.

CUNHA, Olga & GONÇALVES, Rui. Tratamento de Agressores Domésticos: O Programa de Promoção e Intervenção com Agressores Conjugais. **Rev. do Ministério Público**. 127, p. 179-204, 2011.

DAY, Vivian Peres., et. al. Violência Doméstica e suas Diferentes Manifestações. **Rev. Psiquiatr. Rio. Gd. Sul**. Rio Grande do Sul. 25(1):9-21, 2003.

DELANEZ, Geovana Oliveira. **A Violência Intrafamiliar e suas Consequências no Desenvolvimento da Criança**. Tese (Monografia em Direito) - Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2012

DOURADO, Larissa Façanha & SILVA, Rafael Souza. Avaliação Psicológica e Contextos de Atuação: Possibilidades na Relação Teoria e Prática. **Revista Diálogos Acadêmicos**. Fortaleza, v. 5, n. 1, jan-jun, 2016.

FRANCO, Débora., MAGALHÃES, Andrea. & FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Violência Doméstica e Rompimento Conjugal: Repercussões do Litígio na Família. **Pensando Famílias**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 154-171, Outubro, 2018.

FERNANDES, Nathaly & NATIVIDADE, Carolina. A Naturalização da Violência contra a Mulher. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v. 6. n 10, p. 10, Outubro 2020

FONSECA, Verónica. **A Pessoa Vítima de Violência: Análise do Conceito. Contributos Para a Enfermagem Forense**. Tese (Mestrado em Medicina) - Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade de Porto, Portugal. 2019

FONSECA, Paula., & LUCAS, Taiane. 2006. **Violência Doméstica Contra a Mulher e Suas Consequências Psicológicas**. Tese (Bacharel em Psicologia) - Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador, 2006.

FONSECA, Denire., RIBEIRO, Cristiane. & LEAL, Noêmia. Violência Doméstica Contra a Mulher. **Rev. Psicologia & Sociedade**, João Pessoa. 24(2), 307-314, 2012.

FREITAS, Waglânia., SILVA, Ana Tereza., COELHO, Edméia., GUEDES, Rebeca., LUCENA, Kerle., & COSTA, Ana Paula. Paternidade: responsabilidade social do homem no papel provedor. **Rev. Saúde Pública**. João Pessoa, v. 43, n.1, p. 85-90, 2009

GERHARDT, Tatiana Engel. & SILVEIRA, Denise. Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOUVEIA, Valdiney. Formação em Avaliação Psicológica. **Psicologia, Ciência e Profissão**. v. 38, p. 74-86, 2018

GUEDES, Rebeca., SILVA, Ana Tereza., & FONSECA, Rosa Maria. A Violência de Gênero e o Processo Saúde-Doença das Mulheres. **Esc. Anna Nery Rev Enfer**. 13(3):625-31, jul-set 2009.

INSTITUTO MARIA DA PENHA, **Violência Doméstica**. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/> Acesso em: 28 de jun de 2020

LEITE, Vanessa. & CAMPOS, Rosana Teresa. Trajetórias de Vidas Marcadas pela Violência: aspectos macrossociais e subjetivos. **Revista de Psicologia da UNESP**. Campinas. v. 20, n. 2, 2020

LORDELO, Lia, BASTOS, Ana Cecília & ALCÂNTARA, Miriã. Vivendo em Contexto de Violência: O Caso de um Adolescente. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 7, n. 2, p. 31-40, jul./dez. 2002

LUCENA, Kerle., SILVA, Ana Tereza., MORAES, Ronei., SILVA, César., & BEZERRA, Italla. Análise Espacial da Violência Doméstica contra a Mulher entre os Anos de 2002 e 2005 em João Pessoa, Paraíba, Brasil. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro., 28 (6): 1111-1121, 2012.

MEDEIROS, Mariana Pedrosa & ZANELLO, Valeska. Relação entre a Violência e a Saúde Mental das Mulheres no Brasil: análise das políticas públicas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro. v. 18, n. 1, p. 384-403, Jan/Abr, 2018.

MELLO, Pâmela Bartz. **A Repetição da Violência Doméstica Contra a Mulher: Aspectos Históricos, Sociais e Psicológicos**. Tese (Bacharel em Psicologia). Departamento de Humanidades e Educação, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2017

MEDEIROS, Mariana & ZANELLO, Valeska. Relação entre violência e a saúde mental das mulheres no Brasil: análise das políticas públicas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 18, n.1, p. 383-403, Jan-Abr 2018

MENDES, Lorena., NAKANO, Tatiana., SILVA, Izabella., & SAMPAIO, Maria Helena. Conceitos de Avaliação Psicológica: Conhecimento de Estudantes e Profissionais. **Rev. Psicologia: Ciência e Profissão**. Campinas. 33 (2), 428-425, 2013.

MIURA, Paula. SILVA, Ana Caroline. PEDROSA, Maria Marques. COSTA, Marianne. & FILHO, José. Violência Doméstica ou Violência Intrafamiliar: Análise dos termos. **Psicologia & Sociedade**, v.30, 2018

MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo & KRENKEL, Scheila. **Violência no Contexto Familiar**. UFSC: Florianópolis, 2014.

NARVAZ, Martha. & KOLLER, Sílvia. FAMÍLIAS, GÊNEROS e VIOLÊNCIAS: Desvelando as tramas da transmissão transgeracional da violência de gênero. *In*: STREY, Marlene. **Gênero e Violência**. Rio Grande do Sul. 2004. p. 1-22

NARVAZ, Martha., & KOLLER, Sílvia. Mulheres Vítimas de Violência Doméstica. **Revista Psico**. Porto Alegre. 37(1):7-13, jan/abr 2006.

NETO, Ivaldo. FIRMINO, Itamar. & PAULINO, Pedrita Reis. A construção social do estigma em masculinidade: uma revisão de literatura. **Revista Científica Fagoc Multidisciplinar**. Minas Gerais, v. 4, 2019

NUNES, Carlos Henrique., HUTZ, Claudio Simon., & NUNES, Maiana Farias. **Bateria Fatorial de Personalidade (BFP): Manual técnico**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

OCAMPO, Maria., & ARZENO, Maria García. **O Processo Psicodiagnóstico**. WMF Martins Fontes, 2009.

ODÁLIA, Nilo. **O Que é Violência**. 1 ed *ebook*. São Paulo: Brasiliense, 2017

OLIVEIRA, R., R-1: **Teste Não Verbal de Inteligência. Manual**. São Paulo, SP: Vetor, 2018.

OLIVEIRA, Maribia Taliane & FERIGATO, Sabrina Helena. A Atenção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar: a construção de tecnologias de cuidado da terapia ocupacional na atenção básica em saúde. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, São Carlos, v. 27, n. 3, p. 508-521, 2019

OLIVEIRA, Monique. RODRIGUES, Fabiana & CARVALHO, Grasielle. Discussões Interdisciplinares sobre Violência Doméstica e Transgeracionalidade. **Ciências Humanas e Sociais**. Aracaju, v.5, n.1, p. 29-42, Outubro, 2018

PRIMI, Ricardo. Avaliação Psicológica no Século XXI: de onde viemos e para onde vamos. **Psicologia, Ciência e Profissão**. v. 38 (núm. esp.), p. 87-97, 2018

REICHENHEIM, Michael. HASSELMANN, Maria Helena. & MORAES, Claudia. Consequências da Violência Familiar na Saúde da Criança e do Adolescente: contribuições para a elaboração de propostas de ação. **Ciências & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. v. 4, n.1 p. 109-121, 1999

RIGONI, Maísa. & SÁ, Samantha. **O Processo Psicodiagnóstico**. (Eds). Porto Alegre: Artmed, 2016

ROSA, Antônio., BOING, Antônio., BUCHELE, Fátima., OLIVEIRA, Walter., & COELHO, Elza. A Violência Conjugal Contra a Mulher a Partir da Ótica do Homem Autor da Violência. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.17, n.3, p.152-160, 2008.

SANTOS, Ana Paula Coelho & WITECK, Guilherme. Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

SERAPIONI, Mauro. Métodos Qualitativos e Quantitativos na Pesquisa Social em Saúde: algumas estratégias para a integração. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**. Fortaleza, 5(1):187-192, 2000.

SOUZA, Marjane., SILVA, Márcio. & ABREU, Gabriela. Violência Doméstica entre Parceiros Íntimos: questões culturais e sociais acerca dos homens autores de violência. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**. v. 11, n. 38, 2017

TARDIVO, Leila Salomão de la Plata Cury; PINTO JUNIOR, Antonio Augusto; DOS SANTOS, Márcia Regina. Avaliação psicológica de crianças vítimas de violência doméstica por meio do teste das fábulas de Düss. **Psic**, São Paulo , v. 6, n. 1, p. 59-66, jun. 2005

TURATO, Egberto. Métodos Qualitativos e Quantitativos na Área da Saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Rev. Saúde Pública**. São Paulo, 39(3):507-14, 2005.

VENTURA, Magda. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Revista SOCERJ**. Rio de Janeiro. 20(5): 383-386, 2007.

VIEIRA, Ana Maria. **Violência Intrafamiliar: uma visão psicanalítica das possíveis consequências no desenvolvimento infantil**. Tese (Bacharel em Psicologia). Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2015.

VIEIRA, Pâmelo. GARCIA, Leila & MACIEL, Ethel. Isolamento Social e o Aumento da Violência Doméstica: o que isso nos revela?. **Revista Brasileira Epidemiol**. v. 23, 2020

WECHSLER, Solange., HUTZ, Claudio. & PRIMI, Ricardo. O Desenvolvimento da Avaliação Psicológica no Brasil: Avanços históricos e desafios. **Avaliação Psicológica**. v.18, n. 2, p. 121-128, 2019

ANEXO A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Avaliação Psicológica com Homens Autores de Violência Doméstica contra a Mulher no Âmbito Doméstico

Instituição da pesquisadora: Centro Universitário de Brasília- UniCEUB

Professor orientador de aluna em graduação: Prof. Frederico Guilherme Ocampo Abreu

Pesquisadora: Kamilla Cristine A. Grippe

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo. O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo específico deste estudo é investigar a dinâmica psíquica de autores de violência doméstica contra a mulher e levantar características e indicadores psicopatológicos na personalidade a partir de um caso real.
- Você está sendo convidado a participar exatamente por possuir histórico de agressão contra a mulher.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em passar por uma avaliação psicológica.
- O/os procedimento(s) é/são passar por uma entrevista inicial, bem como uma anamnese para entender melhor o histórico de vida. Em seguida, responder uma série de testes psicológicos.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.
- A pesquisa será realizada no Centro de Atendimento Comunitário do CEUB.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui riscos mínimos, com possibilidade de danos a dimensão psicológica, intelectual e emocional, como constrangimento, desconforto, vergonha, estresse, medo e etc. Como também, cansaço ou aborrecimento ao responder questionários e testes psicológicos.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.
- Com sua participação nesta pesquisa você os benefícios potenciais da pesquisa para o indivíduo, para a comunidade e sociedade, promovendo a qualidade de vida, os direitos civis e sociais. além de contribuir para maior conhecimento acerca do fenômeno da violência.
- Se ao longo do processo surgir demandas psicológicas e/ou houver necessidade, você, como cliente do CENFOR, poderá se utilizar de acompanhamento psicoterápico a fim de minimizar quaisquer danos que eventualmente possam surgir, como medidas preventivas e reparadoras.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- Os dados e instrumentos utilizados ficará guardados sob a responsabilidade do CENFOR, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e arquivados por um período de 5 anos; após esse tempo serão destruídos.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.
- O prontuário contará com os relatórios de sessão e resultados dos testes psicológicos, e só poderão ser consultados por pessoas autorizadas seguindo o Código de Ética.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____ RG _____, após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, ____ de _____ de _____.

Participante

Frederico Guilherme O. Abreu, Frederico.abreu@ceub.edu.br

Kamilla C. A. Grippe, kamillagrippe@sempreceub.com

Endereço dos(as) responsável(eis) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Instituição:

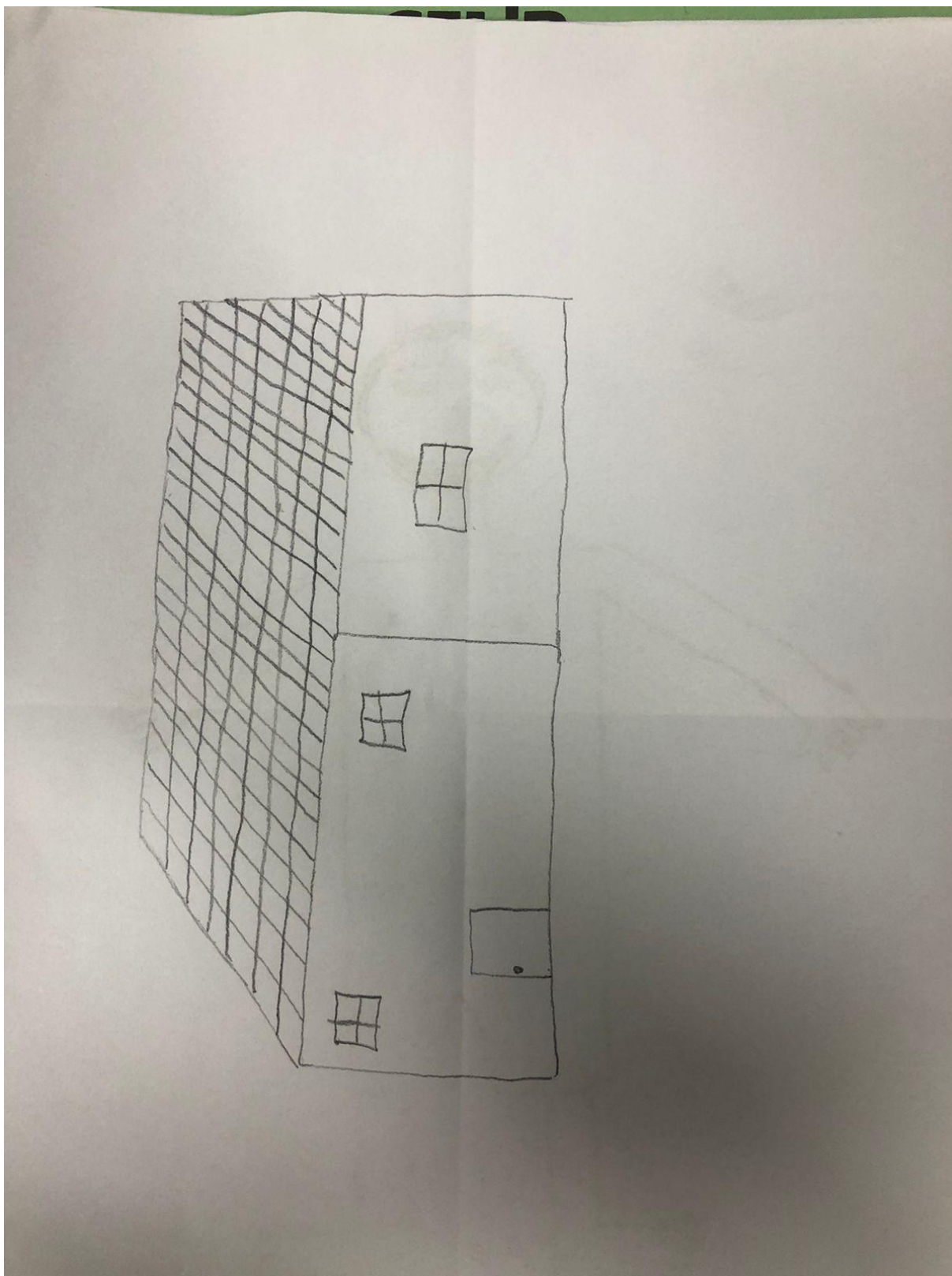
Endereço:

Bloco: /Nº: /Complemento:

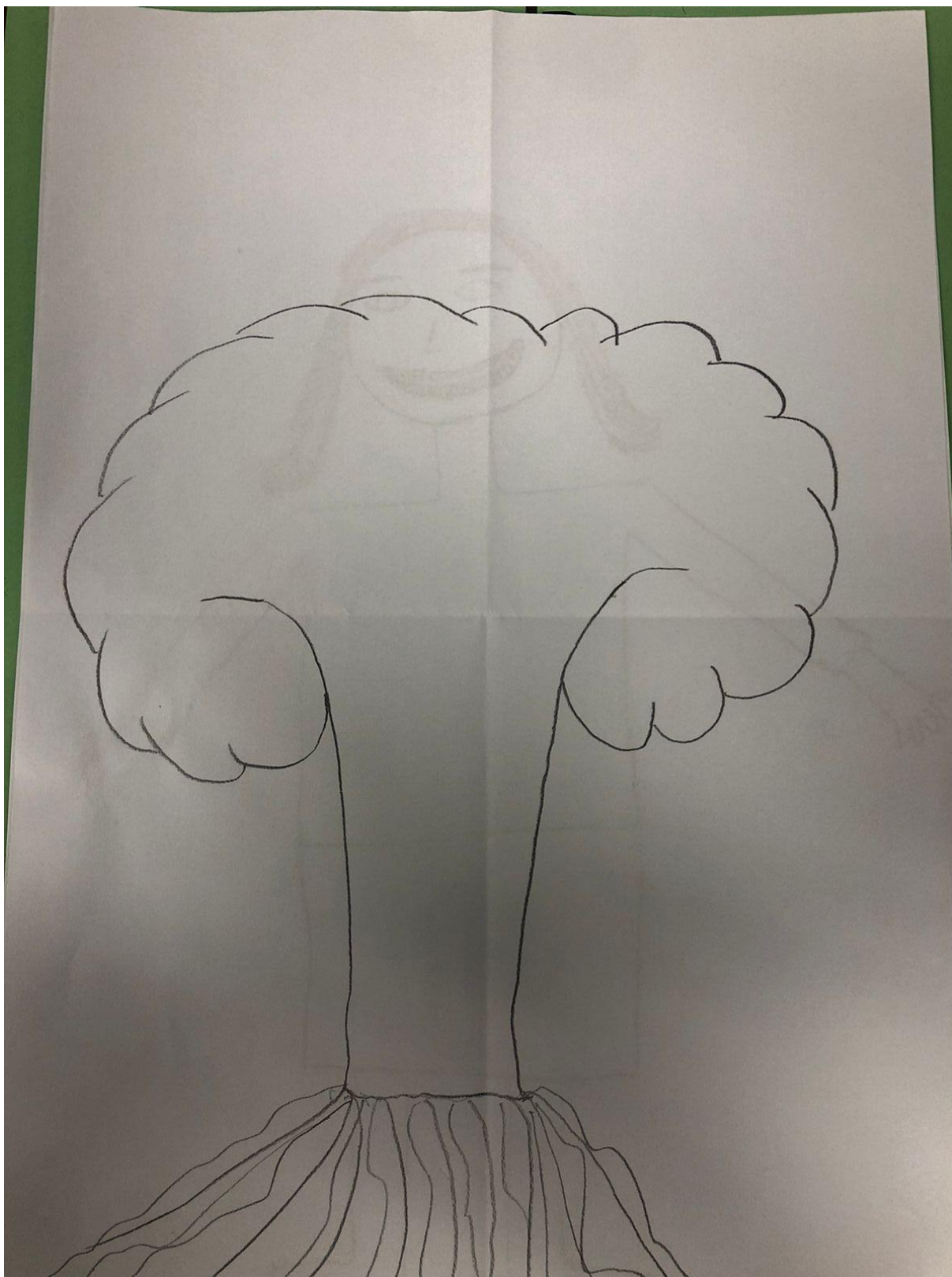
Bairro: /CEP/Cidade:

Telefones p/contato:

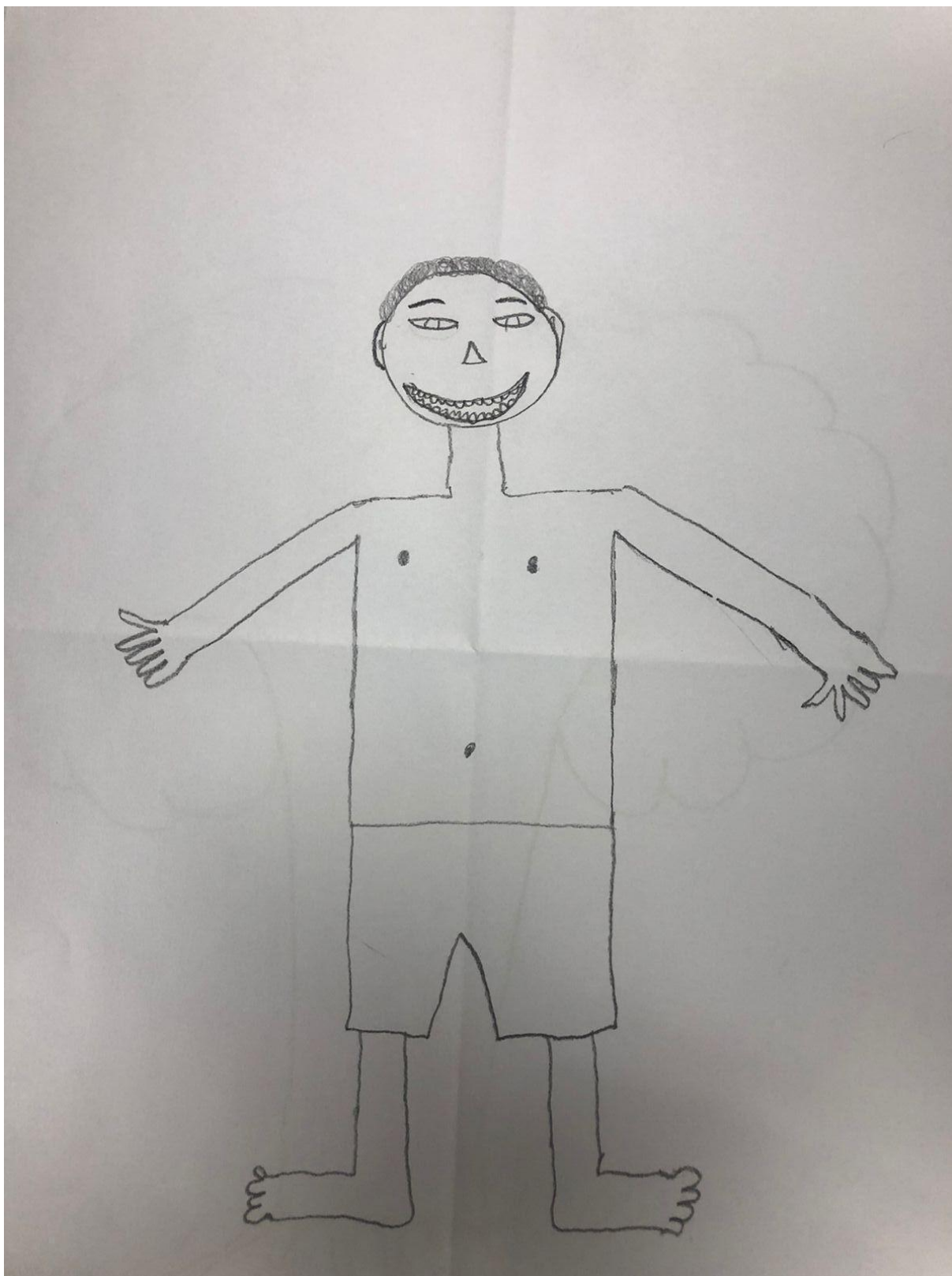
ANEXO B



ANEXO C



ANEXO D



ANEXO E

